

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO

MARICÉLIA PEREIRA GEHLEN

**EDUCAÇÃO E PAZ EM KANT**

**CAXIAS DO SUL**

**2014**

MARICÉLIA PEREIRA GEHLEN

**EDUCAÇÃO E PAZ EM KANT**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação *Strictu Senso* em Educação (PPGEDU) como requisito de avaliação para obter o título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Evaldo Antônio Kuiava  
Co-orientador: Dr. Vanderlei Carbonara

**CAXIAS DO SUL**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS - BICE - Processamento Técnico

G311e Gehlen, Maricélia Pereira, 1969-  
Educação e paz em Kant / Maricélia Pereira Gehlen. – 2014.  
78 f. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa  
de Pós-Graduação em Educação, 2014.  
Orientador: Prof. Dr. Evaldo Antônio Kuiava ; Coorientador: Prof. Dr.  
Vanderlei Carbonara.

1. Educação. 2. Educação - Aspectos sociais. 3. Educação - Filosofia.  
4. Paz - Filosofia. 5. Kant, Immanuel, 1724-1804. I. Título.

CDU 2.ed.: 37

Índice para o catálogo sistemático:

1. Educação	37
2. Educação - Aspectos sociais	37.014.53
3. Educação - Filosofia	37.013.73
4. Paz - Filosofia	172.4
5. Kant, Immanuel, 1724-1804	1KANT

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Roberta da Silva Freitas – CRB 10/1730



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

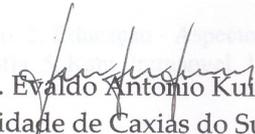
**“Educação e Paz em Kant”**

Maricélia Pereira Gehlen

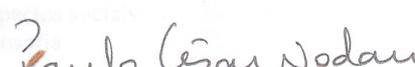
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 22 de setembro de 2014.

Banca Examinadora:

  
Prof. Dr. Evaldo Antônio Kuliava  
Universidade de Caxias do Sul

  
Prof. Dr. Vanderlei Carbonara  
Universidade de Caxias do Sul

  
Prof. Dr. Paulo César Nodari  
Universidade de Caxias do Sul

**CIDADE UNIVERSITÁRIA**

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil  
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil  
Telefone / Telefax (54) 3218 2100 – www.uces.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

## **AGRADECIMENTOS / DEDICATÓRIA**

Dedico esta obra a todas as consciências interessadas em estudar os temas: Educação e Paz, desejando que os verdadeiros mestres jamais abandonem seus barcos ou os deixem à deriva e tenham na educação um poderoso instrumento do fazer pensar, levando seus educandos ao caminho da maioria, em busca da autonomia - liberdade, ainda que tudo pareça perdido. Construiremos o Estado Mundial Cosmoético com seres autônomos - livres, portanto, pensantes. Para tanto, precisamos constituir-los.

Agradeço a todos os que acreditaram na possibilidade deste tema se transformar em uma dissertação e apoiaram sua execução, desde a inspiração do Projeto, sob a orientação do Dr. Paulo César Nodari. Aos examinadores da banca de qualificação, professores: Dr. Evaldo Antônio Kuiava, Dr. Jayme Paviani e Dr. Everaldo Cescon, que consideraram o tema relevante para uma pesquisa desta natureza. E aos demais, quer contribuindo presencialmente ou apenas com suas energias, tão preciosas e estimulantes. Em especial aos meus orientadores, revisores (Alessandra Pinto Nora, Bruna Nora, Kelen Menegol e Robson Ferraro) e leitores ocultos. Particularmente ao Dr. Evaldo Antônio Kuiava por disponibilizar-me sua preciosa biblioteca particular para esta pesquisa; ao querido co - orientador Vanderlei Carbonara por aceitar o super desafio desta orientação, no último minuto do segundo tempo, pela paciência e a confiança.

Aos meus colegas professores pelo apoio, em especial à diretora Márcia Gomes Magrin e à vice - diretora Rejane Longhi da EMEF Basílio Tcacenco.

Aos meus pais: Aloysio Gehlen e Sélia Pereira Gehlen que, apesar de não terem tido oportunidade de estudar, sempre valorizaram a educação, incentivando e investindo sem medir esforços na educação dos filhos, sempre nos melhores colégios particulares de nossa cidade – Vacaria. Obrigada por nunca terem permitido que eu trabalhasse antes de completar a educação formal. Esse foi o melhor e maior exemplo.

Obrigada Joel Pascoal Pinto, pelo apoio incondicional, inclusive assumindo as lides domésticas e pela compreensão. A ti e a Isadora Gehlen Michels, meus amores, companheiro e filha respectivamente, peço desculpas por privá-los de minha companhia, especialmente neste período de escrita intensa.

*A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade.*  
(Immanuel Kant)

## RESUMO

A presente dissertação, intitulada *Educação e Paz em Kant*, fruto de uma pesquisa de mestrado, do Programa de Pós - Graduação em Educação, da Universidade de Caxias do Sul, tem por objetivo abordar o tema educação e paz a partir do pensamento pedagógico do filósofo Immanuel Kant. O trabalho parte de uma abordagem metodológica analítica e interpretativa, priorizando a revisão conceitual e a argumentação reflexiva e crítica. Inserido nas pesquisas da filosofia da educação, este trabalho busca esclarecer conceitos, refletir sobre as contribuições presentes nos escritos pedagógicos de Kant a respeito de educação e de paz. As obras do filósofo especialmente consideradas para esta pesquisa foram: *Sobre a pedagogia*, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, *À paz perpétua e Resposta à pergunta: que é o iluminismo?* Da mesma forma, pretende-se atualizar as contribuições do filósofo no sentido de averiguar sua aplicabilidade no contexto educacional contemporâneo através de seus comentadores. No decorrer da pesquisa, buscando por argumentos que justificassem e auxiliassem o entendimento do trajeto percorrido e por ideias que embasassem a pedagogia kantiana, evidenciou-se o destaque de suas contribuições enquanto teórico da filosofia sendo, ainda, pouco estudado como teórico da educação. Kant entende educação como processo a ser desenvolvido ao longo da vida, tendo como meta a construção do sujeito autônomo e moral, portanto, livre. O sujeito da paz, da mesma forma, deve constituir-se a partir de tais preceitos, garantidos a partir de sua essência por meio de uma educação primorosa que lhe tire do estado menoridade e lhe conduza à maioridade, em busca de um Estado igualmente livre, que lhe garanta a Paz permanentemente. Segundo Kant, a sociedade não poderia ter outra constituição que não fosse republicana - por estar fundada sobre princípios de liberdade, de dependência de uma legislação comum e de igualdade dos cidadãos entre si. Quando sujeito e Estado estiverem em plena harmonia, onde não haja injustiças nem privilégios, estará, da mesma forma, se descortinando o caminho para a implantação do que Kant nominou Estado das Nações. E, a partir deste, quiçá para a construção do Estado Mundial Cosmoético.

**Palavras-chave:** Paz. Educação. Autonomia. Formação do sujeito moral.

## ABSTRACT

This present dissertation entitled "Kant on Education and Peace", the result of a master's research of the Graduate Program in Education from Universidade de Caxias do Sul, aims to address the subject education and peace from the pedagogical thinking of philosopher Immanuel Kant. The work part of an analytical and interpretive methodological approach, emphasizing conceptual review, and reflexive and critical reasoning. Inserted in the line of research of philosophy of education, this paper attempts to clarify concepts, and reflect on the contributions present in the pedagogical writings of Kant about education and peace. The works of the philosopher especially considered for the research were: *On Pedagogy*, *Groundwork of the Metaphysics of Morals*, *To Perpetual Peace* and *Answer the question: what is enlightenment?* Similarly, we intend to update the contributions of the philosopher in order to ascertain their applicability in contemporary educational context through his commentators. Throughout the search, as we looked for arguments to justify and assist the understanding of the traveled path and ideas that based Kantian pedagogy, it was revealed the prominence of his contributions as a theoretical philosopher, and that he is still scarcely studied as theoretical educator. Kant understands education as a process to be developed throughout life, with the goal of forming an autonomous moral subject and, therefore, free. The subject of peace, likewise, should be constituted from such principles, granted from its essence through an elaborate education, that takes it from the minority status and lead it into adulthood, searching for a State equally free, that guarantees it permanent peace. According to Kant the society could not have another constitution but the Republic - for being founded on principles of freedom, dependence on a common law and equality of citizens among themselves. When subject and State are in harmony, where there are no injustices or privileges, it will be likewise unfolding the way for the implementation of what Kant named the United State, and from this, perhaps, to the construction of the Cosmoethical World State.

**Keywords:** Peace. Education. Autonomy. Formation of the moral subject.

## ABREVIATURAS UTILIZADAS DAS OBRAS DE KANT

PED - Sobre a Pedagogia

FMC- Fundamentação da Metafísica dos Costumes

RES - Resposta à Pergunta: que é o Esclarecimento?<sup>1</sup>

APP- À Paz Perpétua

---

<sup>1</sup> Optamos pela expressão “esclarecimento” ao invés de Iluminismo por considerarmos a tradução mais adequada para nossa pesquisa. Utilizaremos Iluminismo apenas quando se tratar do título do texto: “Resposta à pergunta: que é o Iluminismo?”, conforme a edição referida: Kant, I. *Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?* In *A paz perpétua e outros opúsculos*. Traduzido por Artur Mourão. Edições 70, 1995.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO E A PAZ.....</b>	<b>12</b>
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA .....	12
2.2	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS ACERCA DA PAZ .....	19
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO EM KANT .....</b>	<b>21</b>
3.1	A DIMENSÃO FÍSICA/CORPORAL .....	29
3.2	DIMENSÃO INTELECTUAL .....	33
3.3	A DIMENSÃO MORAL .....	36
<b>3.3.1</b>	<b>Traços do caráter .....</b>	<b>38</b>
3.3.1.1	A obediência.....	38
3.3.1.2	A veracidade.....	39
3.3.1.3	A sociabilidade.....	43
<b>4</b>	<b>DA FORMAÇÃO DO SUJEITO AUTÔNOMO À PAZ PERPÉTUA ENTRE AS NAÇÕES .....</b>	<b>45</b>
4.1	EDUCAÇÃO E AUTONOMIA .....	45
<b>4.1.1</b>	<b>O processo de formação do sujeito autônomo.....</b>	<b>47</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Autoeducação e esclarecimento .....</b>	<b>51</b>
4.2	POR UM PROJETO EDUCACIONAL DE PAZ PERPÉTUA .....	58
<b>4.2.1</b>	<b>Paz: um conceito político e social .....</b>	<b>59</b>
<b>4.2.2</b>	<b>A relação necessária entre educação e paz .....</b>	<b>5960</b>
4.3	ARTIGOS DEFINITIVOS DE UM TRATADO DE PAZ PERPÉTUA .....	67
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>
	<b>OBRAS CONSULTADAS .....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Acreditar num futuro sem violência é pensar um presente que se constrói também sem ela. Nossa sociedade vivencia o contrário na atualidade. Pensando na possibilidade de alicerçar na escola uma nova geração de pacifistas comprometida com esses valores, aparentemente, relegados a segundo plano, é que nasce o desejo desta proposta de estudo, em que se fundamente uma educação voltada para a busca da paz, protagonizada por sujeitos emancipados e autônomos, constituídos sob as égides da lei moral. O cenário da escola, no contexto atual, não é muito animador, pois nos deparamos com alunos de vontade débil. E, não raro, são jovens destituídos de valores morais. Pensamos que se assim não fosse, os confrontos violentos que enfrentamos no cotidiano docente quase sempre, ao nosso entender, por futilidades (por exemplo, tomando o boné do colega e riscando, só pra vê-lo bravo), não seriam tão frequentes. Urge tomada de novos rumos em prol da causa da educação uma vez que os bons alunos estão deixando suas instituições de origem e procurando instituições que acolham suas necessidades e lhes ofereçam proteção, inclusive física. Muitos estão evadindo em busca de alguma coisa que nem eles próprios sabem ao certo o que é, uma vez que raramente lhes foi proporcionado o direito de pensar. Entregamos a eles tudo pronto (o livro para que façam a cópia, a internet para o “copia e cola”, as provas a serem respondidas de acordo com o questionário anteriormente corrigido em aula pelo professor) sendo a única cobrança o preenchimento de sentenças ‘corretas’ – de acordo com o texto. E, onde fica o entendimento deles? Precisamos, juntos, repensar quais caminhos trilharemos e aonde queremos chegar com a escola que foi se constituindo hoje.

Diante do exposto, os pensadores em educação não podem fazer vistas grossas às consequências do descaso que está vivenciando a educação contemporânea, em que alunos são promovidos, por orientação dos assessores das Secretarias de Educação municipais, tendo em vista as estatísticas, sem ao menos ter adquirido as competências mínimas de sua idade/ano. Num momento onde se fala tanto em uma sociedade autossustentável, plural e complexa, é uma incoerência ainda precisarmos conviver com a barbárie por entre os muros escolares. Seria esta barbárie indício da animalidade, anterior a todo processo educativo, referida por Kant? Certamente, não é possível dimensionarmos esta característica em relação à sua época ou se ele já antevia o caos que vivenciaria a humanidade em consequência de nosso desconhecimento nos modos de domá-la. Seus escritos nos remetem a pensar na urgência de uma educação para a paz, em especial neste momento, em que nunca se conviveu com tanta violência na sociedade e na escola, precisando até da intervenção policial,

acarretando, inclusive, processos judiciais. Parece-nos, de fato, que o bom senso precisa ser um valor cultivado por toda a comunidade escolar para tentar amenizar os índices de violência a ela conferidos.

A grande pergunta que talvez muitos (especialmente os educadores) se façam ainda é: a escola daria conta da árdua tarefa da promoção da paz? Talvez sim, na medida em que se entenda ser ela também uma das beneficiadas com esse retorno e seus protagonistas professores e alunos, juntos, até proponham estratégias pedagógicas, em que o pensar realmente seja desenvolvido e vivenciado de forma prática em sala de aula, levando ambos a exercitarem sua capacidade pensante para além daquelas paredes. Dessa forma, quem sabe, o ser humano conquiste aquilo que Kant denominou maioridade e assumo o protagonismo de sua existência, com respeito por si e pelo outro, num mundo de harmonia com vistas à paz. Devido à complexidade do tema e a necessidade paradoxal de sua delimitação para tal proposta de estudo - Educação e Paz - é que elegemos o filósofo Kant para dar sustentabilidade aos nossos argumentos.

Talvez, decorridos alguns séculos, já estejamos prontos a pensar nesses temas tão complexos sobre os quais ele se debruçou e possamos melhor entendê-los. Discorrendo sobre sua filosofia prática, tentaremos justificar a pesquisa e refletir porque educação e paz, temas escritos há tantos séculos, ainda merecem ser retomados nos dias atuais. Entender como a educação em Kant conduz o homem à autonomia moral e à paz, saindo da menoridade e chegando à maioridade, condição para tomada de consciência de seu dever para com as mudanças necessárias, visando o bem comum – busca da construção de uma sociedade de paz permanente, a qual Kant denominou Sociedade de Nações.

Tendo em vista a temática abordada, optamos pelo método analítico e interpretativo, fazendo uso da pesquisa, da revisão conceitual e da argumentação reflexiva. O método desta pesquisa, conforme Paviani (2013, p. 62), é o da análise lógica ou dialética, distingue argumentos falsos e verdadeiros e processos demonstrativos, discutem pressupostos, definem conceitos e propõem categorias. Compreende a leitura e a análise dos conceitos relacionados ao nosso tema, presentes nas obras: *Sobre a Pedagogia*, *À Paz Perpétua*, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e *“Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo?”*. Utilizando-se dos conceitos extraídos especialmente das referidas obras, pretende-se investigar e responder ao nosso problema de pesquisa: sujeito e sociedade podem construir, disciplinadamente, um processo de autonomia moral que conduza à paz, levando em consideração a escola como instância social de formação deste sujeito? Sendo assim, a pretensão com tal pesquisa é poder

contribuir, reflexivamente, mostrando à comunidade pensante e educacional seu papel enquanto coparticipante na construção de um novo mundo com vistas à sociedade da paz.

Entendemos residir na educação um dos possíveis caminhos para a construção da paz. Tal intento poderá ser conquistado pelos homens quando estes elevarem a sua razão até os conceitos do dever e da lei moral, ocorrendo a partir da sua própria vontade, em qualquer momento do seu processo de desenvolvimento. No entender de Kant, o homem precisa estar inserido em um meio que lhe proporcione as condições necessárias para adquirir uma boa educação, usufruindo dela e orientando-se para o esclarecimento, podendo apropriar-se dos seus direitos e, ciente deles, agir autonomamente.

Reside aí a razão pela qual se pensa na escola, enquanto instância de caráter social, como fomentadora do *projeto da Paz Mundial*, não apenas a escola de forma isolada, mas a família e o Estado engajados nessa tarefa. Segundo Kant, é através da educação que o homem constitui-se como sujeito moral, sendo capaz de conquistar a liberdade, tornando-se o que quiser. Para tanto, devido à sua incompletude precisa da educação, quer nos moldes formais ou autodidaticamente, para desenvolver suas potencialidades. Por não conseguir tal intento de forma independente, o homem precisa contar com outrem, já educado, para lhe educar – o mestre/tutor.

O leitor poderá se apropriar dos aspectos conceituais de educação e da contextualização histórica sobre os escritos da paz para Kant, no primeiro capítulo do desenvolvimento – *Contexto de investigação sobre a educação e a paz*.

Para Kant, alcançaremos a dignidade através de uma educação com disciplinamento e vigilância constante. Deste modo, propunha Kant, o ser humano tornar-se-ia, pouco a pouco, de geração a geração mais hábil e desenvolveria sua autonomia.

Pelo fato do homem diferenciar-se dos animais, deve estabelecer para si mesmo um projeto que dê conta de sua existência. Para tanto, precisa valer-se de sua racionalidade. A partir desta faculdade, o homem concluiu que a guerra colocava em perigo seu bem maior, sua própria vida, e começou questionar o quanto valia a pena tais disputas. Dessa maneira, os pensadores da paz apresentaram suas primeiras reflexões sobre o tema, influenciados pelos horrores a que as guerras expunham seus semelhantes. Dentre esses pensadores temos Kant, o qual procurava o afastamento das valorações de cunho religioso, no terreno da filosofia política e para a qual a reflexão político-filosófica sobre a Paz encontra uma importante e decisiva contribuição. Para o filósofo de *Königsberg*, o homem só alcançará essa autonomia de pensamento habituando-se, desde criança, a agir segundo tais princípios, os quais poderão

ser identificados e esclarecidos ao longo do segundo capítulo do desenvolvimento desta pesquisa intitulado – *A educação em Kant*.

Falamos ainda hoje na necessidade da Paz mundial pelo histórico das perdas, em decorrência das muitas guerras ao longo dos séculos, vivenciadas pela humanidade, em decorrência da falta de esclarecimento de seus propositores. Entendemos paz como ausência de lutas, violências ou perturbações sociais, ou conflitos entre pessoas, sossego e serenidade. No entanto, o homem começou a refletir sobre a paz partindo das muitas guerras a que esteve exposto, fossem elas de direito ou não, com ou sem seu consentimento, justas ou injustas, movidas por disputas de terra, religiosas ou qualquer outra razão.

No terceiro capítulo do desenvolvimento proporemos outras abordagens a cerca *Da formação do sujeito autônomo e da Paz*, em que ampliaremos tais reflexões, pensando neste processo como uma meta a ser alcançada – a possibilidade da conquista da paz perpétua, culminando com uma nação esclarecida e autônoma, pronta para viver na Sociedade das Nações, preconizada por seu idealizador.

## 2 CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO E A PAZ

### 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA

Compreender o contexto argumentativo em que se apresentam as concepções de pedagogia<sup>2</sup> e educação torna-se fundamental para que não confundamos seu significado.

Utilizando os escritos do artigo *A Filosofia e a Educação*, temos que:

O termo pedagogia deriva de *pedagogo*, isto é, do escravo grego que tinha a tarefa de acompanhar a criança à escola. De fato na antiga Grécia, o pedagogo era o escravo ao qual era confiada a criança de 7 anos com a tarefa de acompanhá-la à escola, ao ginásio, nos passeios ou ao teatro. Posteriormente, o significado do termo *pedagogo* se estendeu de tal modo que passou a indicar não só um guia didático, mas também a figura do educador (CESCON, 2009, p. 9 e 10).

Quando pensamos na evolução do termo pedagogo pode nos ocorrer várias elucubrações, dentre elas a de que este escravo tenha sido muito esperto. E, à medida que acompanhava seu ‘senhorzinho’ nobre às aulas, tenha também se transformado em um letrado desenvolvendo, aos poucos, seu talento para educar. Descobriu então, o que funcionava ou não em termos de aprendizado e foi aplicando à criança que lhe estava confiada. Desta forma, o escravo passou a ser o professor, elucidando talvez aquela afirmação de Kant sobre a educação (inter) generacional onde dizia que “uma geração educa a outra” (PED, p.12), assim, a espécie humana vai adquirindo habilidades cada vez mais desenvolvidas, possibilitando o alcance de sua autonomia tomar a proporção de uma nação e esta chegar à Sociedade das Nações.

Abbagnano, corroborando, assim afirma:

uma sociedade humana não pode sobreviver se sua cultura não é transmitida de geração para geração; as modalidades ou formas de realizar ou garantir esta transmissão chama-se educação. Esse é o conceito generalizado de E., que se tornou indispensável graças à consideração do fenômeno não só nas sociedades chamadas civilizadas, mas também nas sociedades primitivas. As formas de E. nesses dois tipos de sociedade não apresentam diferenças de desenvolvimento ou grau (como comumente se crê), mas de atitude ou orientação. A sociedade primitiva caracteriza-se pelo fato de que nela a E. visa garantir a *imutabilidade* das técnicas de que dispõe: por isso tende a atribuir caráter *sacro* a tais técnicas, o que leva a proibir como sacrílega qualquer inovação ou correção. Uma sociedade civilizada está, acima de tudo, aparelhada para enfrentar situações novas ou em mudança; logo, tende a tornar flexíveis e corrigíveis as técnicas de que dispõe e a confiar à E. a tarefa não só de transmiti-las, mas também de corrigi-las e aperfeiçoá-las. Sem dúvida, essas duas orientações nunca se acham em estado puro: não existem sociedades absolutamente primitivas, que não permitam – ainda que sub-repticiamente – ou modificações lenta em suas técnicas, assim como não existem

---

<sup>2</sup>“O substantivo *pedagogia*, como o conjunto das atividades do pedagogo, surgiu na França, por volta de 1495 e, a seguir, na Alemanha, com o sentido de intervenções de tipo instrutivo. O termo passou a significar qualquer teoria referente à atividade didático-educativa” (CESCON, 2009, p. 10).

sociedades absolutamente civilizadas que permitam a rápida e incessante correção das técnicas mais delicadas, que não são as técnicas de produção de objetos, mas as que controlam a conduta dos indivíduos e seus comportamentos recíprocos (ABBAGNANO, 1998, p. 305 - 6).

Percebemos, através do exposto por Abbagnano, que há possibilidade daquele escravo ter aproveitado a oportunidade ‘que lhe estava sendo dada’ e, pouco a pouco, ter se apropriado destas técnicas e por que não dizer aperfeiçoando-as. Inclusive, sendo um melhor professor do que os que até então aquelas crianças haviam tido. Isso é perfeitamente possível, levando em conta o que o autor discorre a seguir:

Podem-se, portanto, distinguir duas formas fundamentais de E.: a 1ª a que simplesmente se propõe a transmitir as técnicas de trabalho e de comportamento que já estão em poder do grupo social e garantir a sua relativa imutabilidade; 2ª a que, através da transmissão das técnicas já em poder da sociedade, se propõe formar nos indivíduos a capacidade de corrigir e aperfeiçoar essas mesmas técnicas (ABBAGNANO, 1998, p. 306).

Certamente os detentores do poder, àquela época, não contavam com as intercorrências advindas da interação entre o escravo e as crianças e acabaram perdendo, de certo modo, o controle da situação o que resultou em um escravo letrado, fugindo do padrão esperado pela sociedade de castas tão bem delimitadas.

Com o passar do tempo, o significado do termo pedagogo evoluiu...

[...] Modernamente, o significado do termo inclui principalmente aquele de educação e designa a disciplina que tem por objeto de estudo as teorias, os métodos, os problemas relativos à própria educação. A própria função, ao qual o termo se refere, mudou assumindo o caráter de empenho mais elevado, de tipo sócio-cultural (CESCON, 2009, p. 9 e 10).

Quando Cescon sistematiza tal definição, nos faz compreender melhor a proposta pedagógica de Kant, incluindo em seu método, as etapas da instrução, sem as quais não haveria a condição do ser humano se educar.

Cescon faz distinção entre processo educativo, educação e pedagogia, anunciando:

Uma coisa é a educação e outra é a Pedagogia. A Pedagogia tem um aspecto teórico, doutrinário, pois é conhecimento, isto é, teoria relativa ao processo educativo. Compreende o conjunto de normas, regras, procedimentos e leis da educação. O processo educativo, no entanto, é práxis, ação, pois representa a concretização da ciência pedagógica no fato educativo. A educação é o processo e a Pedagogia é a ciência que o estuda. A Pedagogia se ocupa do estudo científico e especulativo da educação, de suas teorias, aspectos filosóficos, científicos e técnicos. Portanto, a Pedagogia deve ser considerada uma reflexão sobre o processo educativo desenvolvido a fim de que o sujeito amadureça e se desenvolva no âmbito sócio-cultural em que vive (CESCON, 2009, p. 10).

Sendo a educação um processo, compondo-se de vários aspectos, incluídos na obra kantiana com nuances e subdivisões tão peculiares, justificamos a ênfase no conceito da

pedagogia, apresentado anteriormente. Intrínseca à educação estão o cuidado e a formação, ambos necessários, sem os quais não chegaríamos ao crescimento e à humanidade.

Cabe aqui explorar o sentido de formação e alguns usos do termo educação, para melhor compreensão da equivalência e de sua abrangência, nos textos kantianos.

Dar forma ao espírito era a marca do final do século XVIII e início do século XIX. Sob o olhar de Gadamer, na citação abaixo, somos situados a respeito da conotação do emprego do termo formação e, optou-se por mantê-la na íntegra, apesar de longa, pela contextualização nela oferecida:

Hoje, a formação está estreitamente ligada ao conceito de cultura e designa, antes de tudo, a maneira especificamente humana de aperfeiçoar suas aptidões e faculdades. Entre Kant e Hegel completa-se o cunho que Herder deu ao nosso conceito. Kant ainda não utiliza a palavra “formação” neste contexto. Fala da “cultura” da faculdade (ou da “aptidão natural”), que, como tal, é um ato de liberdade do sujeito atuante. Assim, entre os deveres para consigo mesmo, cita o de não deixar deteriorar seus próprios talentos, e não emprega aqui a palavra “formação”. Hegel, ao contrário já falava de “formar-se” e de “formação” ao acolher o pensamento kantiano do dever para consigo mesmo, e Wilhelm Von Humbolt<sup>3</sup>, com o fino senso que lhe é próprio, já percebe perfeitamente uma diferença de significado entre cultura e formação: “mas quando em nosso idioma dizemos “formação”, estamos nos referindo a algo mais elevado e mais íntimo, ou seja, o modo de perceber que vem do conhecimento e do sentimento do conjunto do empenho espiritual e moral, e que se expande harmoniosamente na sensibilidade e no caráter”. Aqui, formação significa mais que cultura, ou seja, aperfeiçoamento de faculdades e de talentos. A ascensão da palavra “formação” desperta, antes, a antiga tradição mística, segundo a qual o homem traz em sua alma a imagem de Deus, segundo a qual foi criado, e que deve reconstruir em si mesmo. [...] Também o triunfo da formação sobre forma não parece só acaso, pois no conceito “formação” (Bildung) encontra-se a palavra “imagem” (Bild). O conceito de forma retrocede para aquém da misteriosa duplicidade da palavra “imagem” (Bild), que abrange tanto o significado de “cópia” (Nachbild) quanto o de “modelo” (Vorbild).

O fato de a formação (assim como a atual palavra “Formation”) designar mais o resultado desse processo corresponde a uma frequente transferência do devir a ser. Aqui a transferência é bastante evidente, pois o resultado da formação não se produz na forma da finalidade técnica, mas nasce do processo interior de formulação e formação, permanecendo assim em constante evolução e aperfeiçoamento. Não é por acaso que, nesse particular, a palavra formação se pareça com a palavra grega *physis*. Assim como a natureza, a formação não conhece nada exterior às suas metas estabelecidas. [...] É justamente nisso que o conceito de formação supera o mero cultivo de aptidões pré-existentes, do qual deriva. O cultivo de uma aptidão é o desenvolvimento de algo dado, de modo que seu exercício e cultivo são um mero meio para o fim. Assim, o material de ensino de um manual de linguagem é um meio e não um fim. Sua apropriação serve apenas para o domínio da linguagem. Na formação, ao contrário, é possível apropriar-se totalmente daquilo em que e através do que alguém é instruído. Nesse sentido, tudo que ele assimila integra-se nele. Mas na formação aquilo que foi assimilado não é como um meio que perdeu sua função. Na formação adquirida nada desaparece, tudo é preservado. A formação é um conceito genuinamente histórico, e é justamente o caráter histórico da

---

<sup>3</sup> Wilhem von Humboldt nasceu em Potsdam, em 1767, e morreu em 1835. Estudou direito, dedicou sua vida aos estudos e atuou em várias áreas, tais como: Linguística, Filosofia, Educação e Política. Vivenciou os acontecimentos referentes à Revolução Francesa, tendo representado a Prússia no Congresso de Viena (onde houve a definição das fronteiras da Europa após Napoleão Bonaparte) e também fundou a Universidade de Berlim (1810), a partir de um ideal humanista de educação. Era irmão do renomado explorador e naturalista Alexander von Humboldt, que o ajudou nas pesquisas linguísticas fornecendo-lhe dados sobre diversas línguas e dialetos com os quais entrava em contato em suas viagens. Foi a partir de 1819 que Humboldt se dedicou mais intensamente aos estudos linguísticos, uma vez que as frustrações no campo político o afastaram da vida pública. Fonte: [http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao02/02rlch\\_cgs.php](http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao02/02rlch_cgs.php).

“conservação” o que importa para a compreensão das ciências do espírito (GADAMER, 1997, p. 45 – 7).

A educação, portanto, não pode restringir-se apenas ao caráter instrucional como parece estar acontecendo em nossas escolas. Deveria levar em consideração a formação deste sujeito integral, onde o cuidado com o espírito fosse também priorizado, buscando neste investimento uma das alternativas para a saída deste estado de selvageria, elevando-se ao da razão, ao encontro da formação de um homem moral.

Temos Abbagnano, em seu Dicionário de filosofia, falando da transmissão e do aprendizado das técnicas culturais que são de uso, produção e comportamento, em que um grupo delas se utiliza para proteger-se das hostilidades do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico. O conjunto dessas técnicas se chama cultura. E, uma sociedade humana não pode sobreviver se sua cultura não é transmitida de geração a geração, através da educação. (cf. ABBAGNANO, 1998, p. 305), daí a importância de se tratar a educação de modo cuidadoso. As sociedades mais primitivas não admitem mudanças nas técnicas educacionais, atribuindo a elas caráter sacro, considerando sacrilégio quaisquer propostas de alterações. Ao contrário, nas sociedades civilizadas tais técnicas tendem a ser revistas e flexibilizadas sempre que não estejam mais adequadas àquele momento histórico. No entanto, não se pode afirmar que as mudanças não aconteçam, mesmo que de forma lenta e gradual também nas sociedades primitivas, tampouco que as sociedades civilizadas aceitam prontamente as mudanças necessárias.

Trazendo para o atual contexto educacional, cabe a reflexão: caso mantenhemos nossa sociedade com determinadas características arraigadas, como por exemplo: incentivando o consumismo e o individualismo, dificilmente veremos a curto ou a médio prazo, alguma mudança significativa. As mudanças só ocorrerão a partir de ações do próprio sujeito ou quando estas surgirem das instituições às quais este sujeito esteja ligado onde, juntando esforços, possam fomentar outras maiores e melhores, que ganhem uma força tal que possa ter o alcance do planeta. E, transforme e se (re) construa como tal, assim chegaremos à consolidação do Estado das Nações e, quem sabe ao Estado Mundial<sup>4</sup>. Para tanto, há que se refletir e estudar os meios através dos quais necessitamos e as estratégias de sua efetivação.

---

<sup>4</sup>Estado Mundial: refere-se à ideia de estrutura do Estado ou Governo único em toda Humanidade (PEREIRA, 2013, p. 09). O termo também pode ser pesquisado em VIEIRA, 2003. O termo Estado Mundial não fazia parte do escopo do trabalho, portanto foi inserido nesta pesquisa posteriormente quando a pesquisadora tomou conhecimento do lançamento do livro que faz referência a tal abordagem. Devido à falta de tempo para explorá-lo, neste momento, pois não cabe aqui entrarmos nesta seara e, tão pouco teríamos condições devido ao foco da pesquisa ficará apenas como referência para um estudo posterior.

Este espaço é uma tentativa para tal, levando o leitor às suas próprias conclusões, a sua tomada de posição no mundo.

Temos livre arbítrio<sup>5</sup> para agir e pensar da forma que quisermos. No entanto, quando somos confrontados com algumas realidades, não temos como, a partir delas, negá-las. E, mais uma vez, nos deparamos com a necessidade do conhecimento. Como conhecer algo sem educarmos nosso olhar para ver e enxergar o que está nele contido? Novamente entra em cena o papel da educação. É a partir dela que tudo acontece. E ela não está em único lugar ou em poder de uma única mão (da escola (professores, gestores, alunos), dos livros), por isso da necessidade de estarmos abertos e atentos a todas as formas e meios pelos quais os conhecimentos nos chegam. Por vezes nos mostramos preconceituosos com certos vieses que nos são apresentados, pois os desconhecemos e pensamos não ter cientificidade para serem aceitos pela academia. Mas, como ela chegará à academia senão por seus acadêmicos, ávidos pela ampliação de suas formas de pensar? Mas isso só será possível quando seus mestres também ousarem e quiserem correr os riscos que, talvez outrora, os grandes pensadores correram.

Conforme os argumentos de PAVIANI (2011), em uma de suas explicações, “o pensamento precisa evoluir, se desenvolver e não ser apenas replicado/repetido”. Não haverá novas descobertas, mudanças de paradigma se não houver pensadores (aqueles que burlem com o pré-estabelecido, com o que é esperado, arraigado). Mas, para chegarmos aos patamares mais elevados desta trajetória, talvez ainda tenhamos que nos apropriar ou nos apoiar nas bases já construídas. Algumas dessas bases sólidas, outras nem tanto, precisando de massa crítica para (re) construí-las com argumentos sólidos e, então, partir para uma nova fase, aproveitando tudo que já se conseguiu produzir. Não precisamos reinventar a roda, precisamos bendizer os seus inventores e aperfeiçoá-la cada vez mais para chegarmos o mais longe que pudermos. E, se concluirmos que há outra maneira melhor (que reúna as características das quais necessitamos, que responda de forma mais adequada ao que precisamos) de chegarmos lá, nos apropriarmos dela e, assim sucessivamente até encontrarmos a condição ideal (de chegarmos aonde quisermos com o meio mais adequado). O importante é sabermos que não desdenhamos nenhuma etapa ou pessoa envolvida nos processos anteriores e sim consolidamos, aperfeiçoamos, somamos esforços para chegar ao

---

<sup>5</sup>O problema do livre-arbítrio, um dos mais antigos e intratáveis da filosofia, começa com uma certa inadequação terminológica. A expressão portuguesa "livre-arbítrio", assim como a expressão "liberdade da vontade", que é tradução do inglês "*freedom of the will*", são enganosas, pois nem o juízo nem a vontade são os factores preponderantes. Menos comprometida seria a expressão "liberdade de decisão" ou "liberdade de escolha" ou, melhor ainda (posto que mais abrangente), "liberdade de acção" (COSTA, 2002).

topo. Talvez o leitor não esteja entendendo o porquê dessas palavras, de certo modo deslocadas do foco da dissertação. Estamos fazendo aqui uma tentativa de argumentar a razão pela qual o termo Estado Mundial está sendo inserido no texto, uma vez que não se trata de uma ideia kantiana, tão pouco o assunto tenha sido submetido ainda à academia, haja vista estar sendo estudado por uma neociência<sup>6</sup>. Certamente se Kant tivesse vislumbrado o alcance do termo estaria em sua obra, pois ele era um idealista, à frente de seu tempo. Justificamos, a partir do exposto, por que ainda precisamos voltar ao nosso conteúdo.

Podemos distinguir duas importantes formas de educação uma que transmite as técnicas de trabalho e de comportamento que já estão em poder do grupo social e garantem de certa forma sua imutabilidade e outra que se propõe a formar nos indivíduos a capacidade de corrigir e aperfeiçoar essas mesmas técnicas. Talvez, nesse caso, devamos pensar na educação como processo, conforme abordam a partir do pensamento kantiano, os estudiosos Nodari e Bresolin. Quando se fala em processo pensa-se em algo inacabado necessitando de constante revisão. “Assim, educação e o aperfeiçoamento da raça humana correm paralelamente, embora a primeira seja mais fundamental, sem a qual a segunda não seria possível” (NODARI e BRESOLIN, 2010, p. 213) e, ainda, ficaria difícil pensar em aperfeiçoamento sem que a educação estivesse presente.

Esse aperfeiçoamento se dará através da educação de nossa animalidade, no entanto, esta passagem da animalidade à humanidade requer que possamos desenvolver em nós mesmos a humanidade, estabelecendo princípios bons, disciplinando nossas tentações, enfim, reconhecendo o primado da razão sobre o instinto. Ou seja, o homem necessita da consciência de sua capacidade de dar leis a si mesmo, pela autonomia e consciência da possibilidade de liberdade. O reconhecimento do papel superior da razão, em relação ao instinto, é resultado da oposição radical da cultura e da animalidade, a qual revela a submissão da selvageria à força da lei. Por meio da educação, o homem pode afastar-se de seu estado primitivo (PINHEIRO, 2007, p. 40-1).

A revisão desse processo se dará à medida que conseguirmos perceber o quanto é necessário investirmos em nosso cabedal intelectual. Para tanto, às vezes, a pesquisa deve iniciar pela forma mais simples: ao ouvirmos ou lermos algum vocábulo desconhecido, pesquisar sua evolução como fizemos anteriormente, por exemplo, com o vocábulo Pedagogia. Precisamos lembrar ao que nos remete a palavra Educação: ao processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual, moral da criança e do ser humano em geral, civilidade, polidez. De qualquer sorte, mesmo de posse do mais completo léxico, para que o ser humano vulgar consiga desenvolver seu raciocínio crítico, há que contar com bons e experientes tutores que lhe indiquem as fontes de pesquisa mais adequadas ao tema em

---

<sup>6</sup> A neociência aqui referida chama-se Conscienciologia, a ciência que estuda a consciência (eu, self).

questão e façam as relações necessárias, não deixando que se iluda pelas palavras. Ou, que o sujeito tenha autodidatismo suficiente e seja perspicaz para poder desvelar o que podem esconder os belos vocábulos. E, da vontade que só um ser racional possui, pois sem ela nada fazemos e nada conquistamos. Isso só ocorrerá se neste indivíduo tiver sido despertado seu poder de pensar.

Educação e disciplina, isoladamente, não garantem indivíduos morais. A garantia de sujeitos morais está no seu agir, isso deve acontecer segundo sua própria consciência, de forma autônoma. No entanto, sem a educação seria impossível desenvolver sua racionalidade e buscar a autoeducação. Seria impensável o desenvolvimento de algumas características/habilidades sociais sem a interação com um mundo civilizado. Podemos pensar residir aí a razão pela qual em *Sobre a pedagogia* (p. 17), Kant diz que o projeto de uma teoria da educação é um ideal muito nobre e não faz mal que não possamos realizá-lo. Pensar, concluir e arcar com as consequências sobre determinado tema é mesmo tarefa para poucos, dentre estes, ele. Através da educação, o homem tem a possibilidade de sair da menoridade e assumir seu papel na busca de sua autonomia Kant segue dizendo: “Não podemos considerar uma Ideia como quimérica e como um belo sonho só porque se interpõem obstáculos à sua realização” (PED, p. 17), os obstáculos, ao contrário devem servir de força propulsora para transpor novos que deles surgirão e, assim sucessivamente. Dessa forma, apesar da consciência dos enfrentamentos necessários à sua concretude, pensamos ainda ser possível um projeto de Paz no contexto escolar. Para tanto, Kant coloca como deveres ao homem, antes de ter uma teoria de educação pronta: desenvolver as suas disposições para o bem.

A Providência quis que o homem extraísse de si mesmo o bem e, por assim dizer, desse modo lhe fala: “Entra no mundo. Coloquei em ti toda espécie de disposições para o bem. Agora compete somente a ti desenvolvê-las e a tua felicidade ou a tua infelicidade depende de ti (PED, p. 19).

A educação é posta como o mais árduo problema com o qual o homem já se deparou e precisa enfrentar (cf. PED, p. 20). Sem dúvida, são verdades com as quais nos defrontamos e, por vezes, não sabemos onde buscar tais soluções. Certamente os educadores já se questionaram em algum momento de suas vidas se realmente educam. Certamente, não são respostas tão simples de se responder e algumas nem sejam passíveis de resposta, apenas um eixo para reflexão uma vez que até Kant trata do assunto como uma arte difícilíssima. Seguindo, refere que há duas descobertas humanas difícilíssimas: a arte de governar e a de educar os homens (cf. PED, p. 20), e não poderia ser de outra forma, pois as individualidades requerem atitudes diferenciadas.

Uma vez que as disposições naturais do ser humano não se desenvolvem por si mesmas, toda educação é uma arte. A origem da arte da educação, assim como seu progresso é: ou mecânica, ordenada sem plano, conforme as circunstâncias ou raciocinada. A arte da educação não é mecânica senão em certas oportunidades, em que aprendemos, por experiência se uma coisa é prejudicial ou útil ao homem (PED, p. 21).

A educação, em sendo uma arte difícilíssima, pressupõe protagonistas com atitudes compatíveis, onde a coerência com seu propósito se faça presente. “A arte da educação ou pedagogia deve, portanto, ser raciocinada, se ela deve desenvolver a natureza humana de tal modo que esta possa conseguir o seu destino” (PED, p. 21), um destino sempre melhor do que aquele da geração anterior. Como desenvolver a humanidade sem conhecimento? Só podemos pensar em deixar um legado positivo se ele for devidamente registrado. Para tal há necessidade de sistematização, assim como tão bem Kant o fez.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS ACERCA DA PAZ

Falamos, ainda hoje, na necessidade da Paz mundial pelo histórico das perdas, em decorrência das guerras vivenciadas pela humanidade, há muitos séculos. Entendemos paz como ausência de lutas, violências ou perturbações sociais, ou conflitos entre pessoas, sossego e serenidade. No entanto, o homem começou a refletir sobre a paz partindo das muitas guerras a que esteve exposto, fossem elas de direito ou não, com ou sem seu consentimento, justas ou injustas, movidas por disputas de terra, religiosas ou qualquer outra razão. Como a guerra colocava em perigo o maior bem do homem, sua própria vida, ele começou questionar o quanto valia a pena tais disputas. Dessa maneira, os pensadores da Paz apresentaram suas primeiras reflexões sobre o tema, influenciados pelos horrores a que as guerras expunham seus semelhantes e os movimentos pacifistas ganharam força, especialmente na Europa.

Entendemos ser através dos processos educacionais, formais ou autodidatas, possíveis caminhos para aquisição da autonomia verdadeiramente consciente, a qual poderá ser resgatada pelo sujeito a qualquer momento de sua vida, através de seu livre arbítrio, adquirido por meio da (boa) vontade. Tais aquisições, talvez, constituam-se nos pré-requisitos sugeridos como condição para pensarmos numa probabilidade de Paz.

Kant contribuiu para a consolidação da mudança do pensamento vigente que se descortinava nos séculos XVII e XVIII. A implantação das ideias iluministas encontrou solo fértil para seu desenvolvimento, onde o homem torna-se o centro das preocupações, deixando-se o fanatismo e a fé religiosa, conceitos dominantes na era medieval, para dar lugar à razão e à Ciência. É neste contexto que nascem os direitos humanos, em meio ao cenário da

Revolução Francesa, 1789. Com ela mais um passo decisivo em direção ao estabelecimento de novos valores humanos, de uma sociedade inspirada por uma atmosfera de igualdade social, sustentada pelos valores da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. Resultando daí a instituição da Declaração dos Direitos dos Trabalhadores, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa, no dia 26 de agosto de 1789

Procuramos nestas breves laudas apresentar, de forma modesta, a construção do pensamento kantiano a respeito do que se acredita ser a base para a construção do aprendizado e uma brevíssima contextualização do cenário que desencadeou seus escritos sobre a paz, donde percebemos seu atravessamento na educação, sem a qual a paz provavelmente não ocorreria.

Aprendizagem pressupõe educação e, esta entendida em toda sua amplitude, uma vez que não aprendemos apenas através de bons tutores ou dos livros ditos acadêmicos.

Nos próximos tópicos, enfatizaremos os detalhes do que compõe sua doutrina da educação.

### 3 A EDUCAÇÃO EM KANT

A compreensão dos conceitos de pedagogia e educação, escritos por Kant, se fizeram necessários para o entendimento de sua filosofia maior. No entanto, para adentrarmos ainda mais nela, esclareceremos nosso leitor sobre o caminho percorrido pelo filósofo em sua própria formação até ascender como Professor na Universidade Albertina de Königsberg.

Supomos ter sido o fato de Kant dedicar-se tanto à tarefa da educação, em diversas frentes (como docente e discente paralelamente), e tendo se deparado com perfis peculiares em seus alunos, possibilitou - lhe discorrer o tema educação sob tantos aspectos. Para nos apropriarmos de modo mais abrangente de sua filosofia partiremos de alguns aspectos de sua trajetória intelectual.

Vera Bueno (In OLIVEIRA, 2012), em seu artigo *Kant e a tarefa da educação*, nos lembra da trajetória de Immanuel Kant<sup>7</sup>, ilustrando como ele se envolveu com a área da educação, merecendo reconhecimento não só como filósofo. Além de ter sido professor a vida toda, ministrou quatro cursos sobre pedagogia, o que o levou a tratar dos temas ligados à educação. Ele foi tutor em casas de famílias abastadas entre 1748 a 1754. O filósofo foi também docente – *Privat Dozent*<sup>8</sup> – na universidade de Königsberg, onde os próprios alunos, por interesse no assunto, pagavam seus estudos. Dalbosco enriquece nossa pesquisa sobre a trajetória de Kant, apresentando dados interessantes sobre seu percurso na educação, indicando que o filósofo, a partir de 1770 foi nomeado, após anos de espera desde sua entrada na Albertina como *Privat Dozente* em 1755, pelo Império prussiano Professor na Universidade Albertina de Königsberg (cf. DALBOSCO, 2011, p. 31). O investimento crescente das universidades em cursos de pedagogia, naquela época, se deveu à atenção dada

---

<sup>7</sup> Immanuel Kant nasceu em 22.04.1724 e faleceu em 12.02.1804, aos 79 anos. Morou a vida toda em *Königsberg*, cidade da antiga Prússia, hoje denominada *Kaliningrado* e integrada à Rússia. É conhecido como o Filósofo das Três Críticas – Crítica da razão pura (1781), Crítica da razão prática (1788) e Crítica do juízo (1790). Desenvolveu uma filosofia prática, resultando no seu pensamento ético – e teve seus desdobramentos em sua filosofia do direito (aprofundada na obra *Metafísica dos costumes* - 1785).

<sup>8</sup> “Por volta de 1754, Kant interrompe seus anos de preceptor e, voltando para *Königsberg*, retoma seus estudos na Albertina. Já no ano seguinte, num curto espaço de tempo, torna-se docente privado (*Privat Dozente*) naquela mesma universidade. Em razão da peculiaridade do sistema acadêmico alemão, Kant tornou-se docente universitário sem ainda ser Professor. A primeira condição para que ele pudesse adquirir o direito de ser docente do ensino superior era a entrega da *Dissertation* (tese de doutoramento), seguida da prova oral e da defesa pública (*Disputation*) dessa. Com todos os procedimentos preenchidos em 1755, Kant ficou autorizado a ser docente privado, mas teria ainda que percorrer um longo caminho até tornar-se Professor. [...] o título de Professor só era conquistado mediante indicação feita pelo governo” (DALBOSCO, 2011, p. 28).

aos direitos humanos vigentes no referido momento histórico<sup>9</sup> e a convicção no valor do indivíduo e da criança (pensando esta com seu valor em si, deixando-se provisoriamente de lado o que ela poderia vir a ser depois de grande).

Certamente baseado em suas vivências nas tutorias e na docência ao longo de sua trajetória e não por acaso, Kant inicia a obra *Sobre a pedagogia* dizendo que “o homem é a única criatura que precisa ser educada” (PED, p. 11), pois não tem estabelecida dentro de si a noção de autopreservação. Ele realmente acreditava ser através da educação que o homem se transformaria em humano. “Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Consequentemente o homem é infante, educando e discípulo” (PED, p. 11), deixando claro sua interdependência. Para ele, “A disciplina transforma a animalidade em humanidade” (PED, p. 12), ou seja, sem ela, o homem permaneceria em seu estado primitivo de selvageria, conservaria a animalidade que lhe é intrínseca (referimo-nos ao estado de natureza).

A pedagogia<sup>10</sup> cumpre função fundamental no sentido de proporcionar os meios através dos quais a educação possa otimizar-se cumprindo seu papel junto ao sujeito que busca sair da menoridade e consolidar-se enquanto Homem, alcançando seu melhor, isto é, tornando-se um sujeito autônomo, permitindo que o progresso moral ocorra como constituinte da humanidade do homem.

Kant subdivide a educação em negativa e positiva, dimensões complementares. No entanto, ressalve-se que, apesar de necessária à vida do ser humano, a disciplina é um fator puramente negativo por considerá-la uma espécie de tratamento através do qual apenas tira o homem da animalidade e da selvageria, impedindo a manifestação dos defeitos. Já a instrução, pelo contrário, seria a parte positiva da educação, onde seu direcionamento se dá na condução

---

<sup>9</sup> Os antecedentes históricos dos **Direitos Humanos** remontam ao Iluminismo Europeu, movimento cultural e filosófico vigente nos séculos XVII e XVIII. Nesta época, Rousseau realizou estudos em sociedades primitivas e nelas redescobriu valores perdidos pela civilização ocidental, tais como liberdade, igualdade e fraternidade. O solo oferecido pelas ideias iluministas é fecundo, pois nele o homem torna-se o centro das preocupações – não mais o império do fanatismo e da fé religiosa, conceitos dominantes na era medieval, mas sim o da razão e o da Ciência. É neste contexto que nascem os direitos humanos.

Alguns governos europeus, guiados por estas idéias, vão aos poucos eliminando a tortura e a pena de morte. A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, é mais um passo decisivo na direção do estabelecimento de novos valores humanos, de uma sociedade inspirada por uma atmosfera de igualdade social. Sua famosa bandeira de luta é até hoje a que também os adeptos da luta pelos direitos humanos sustentam – Liberdade, Igualdade e Fraternidade. O resultado essencial desta sublevação foi a instituição da Declaração dos Direitos dos Trabalhadores, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa, no dia 26 de agosto de 1789 (SANTANA, 2008).

<sup>10</sup> A pedagogia com caráter instrutivo surge na França por volta de 1495 e, posteriormente, na Alemanha.

prática daquilo que foi ensinado, incluindo os aspectos culturais. Por acreditar que é somente através da educação que o ser humano sai da menoridade, atingindo a maioridade é que se justifica seu investimento tão intenso no tema. Nosso entendimento é de que Kant era um crédulo no ser humano e, mais ainda, um idealista.

A preocupação do filósofo com o desenvolvimento do ser humano era integral, iniciava já na primeira infância:

Portanto os pais devem criar para os filhos ocasiões favoráveis. A primeira e essencial regra dispensar todo e qualquer instrumento. É preciso, pois, abolir o uso de faixas e do carrinho, deixando que a criança se arraste pelo chão até que aprenda a caminhar por si mesma, uma vez que, dessa forma, andará com mais segurança. Os instrumentos resultam danosos à habilidade natural (PED, p. 53).

Por isso é importante incentivar a criança a descobrir o ambiente, explorá-lo para que invente alternativas e torne seu brincar/fazer muito mais interessante e não apenas receba tudo pronto, nas mãos (desta forma ela se tornará apática e acomodada, esperando que alguém lhe sirva). Assim, quem sabe, estejamos desenvolvendo nela seu espírito aventureiro, de busca, inventividade, quiçá, um expoente que faça a diferença nesta sociedade tão carente de sujeitos desta estirpe.

O autor enfatiza que é a disciplina que garante ao homem não desviar-se do seu télos (a humanidade), em que a vontade é o fator determinante desta escolha. Quando a vontade não é disciplinada e o foco de ação não é direcionado, o homem pode correr o risco de desviar-se dele, perdendo o tempo despendido, isto é, distanciando-se de sua maioridade. É a partir dela que se “pode constituir o bem excelente a que chamamos moral” (FMC, p. 33), fazendo dele nosso Imperativo Categórico, assumindo-o como tal, tornando-nos autônomos, adquirindo nossa maioridade e, quem sabe a felicidade. O ser humano, por sua dotação racional, é o único ser capaz de impor-se uma lei por convicção de que ela se faz necessária para mantê-lo na condição de humano. Kant corrobora dizendo: “O objeto do respeito é, portanto simplesmente a lei, quero dizer aquela lei que nos impomos a nós mesmos e, no entanto, como necessária em si” (FMC, p. 33). É como seres livres e, então, guiados por esta lei dada a cada um que sairemos da condição de menores. Partindo desta premissa, pensa-se no papel que a escola pode vir a desempenhar junto ao educando, candidato a desenvolver, através de bons tutores<sup>11</sup> as habilidades necessárias ao seu desenvolvimento para a maioridade. Uma das habilidades a ser pensada é a vontade disciplinada. Esta poderá conduzir

---

<sup>11</sup> Tutor: aqui assume um papel positivo, aquele que esclarece, orienta e faz pensar. Diferente do referido por Casagrande, onde diz: “Tutores se referem, para Kant, às pessoas que assumem o poder de pensar e decidir no lugar de outras” (CASAGRANDE, 2013, p. 34 ).

o homem na busca de suas razões (humanitárias), para tornar-se um ser livre e moral, contribuindo para a construção de um mundo de Paz – o qual, possivelmente, um dia irá se configurar no Estado Mundial.

Entendemos como ser moral aquele que age segundo máximas, mesmo que não seja ele o beneficiário direto delas. Kant diz que precisamos agir segundo máximas. Lembrando que a “máxima é o princípio subjectivo do querer; o princípio objectivo (isto é o que serviria também subjectivamente de princípio prático a todos os seres racionais, se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar) é a lei prática” (FMC, p. 32), ou seja, é aquela que deveríamos desejar que transforme-se em lei universal.

O filósofo sistematiza a educação em três categorias, anunciando suas peculiaridades:

Portanto, a educação consiste: 1. na cultura *escolástica* ou mecânica, a qual diz respeito à habilidade: é, portanto, didática (*informativo*)<sup>12</sup>; 2. na formação *pragmática*, a qual se refere à prudência<sup>13</sup>; 3. na cultura *moral*, tendo em vista a moralidade.

O homem precisa da formação *escolástica*, ou da instrução, para estar habilitado a conseguir todos os seus fins. Essa formação lhe dá um valor em relação a si mesmo, como indivíduo. A formação da *prudência*, porém, o prepara para tornar-se um cidadão, uma vez que lhe confere um valor público. Desse modo ele aprende tanto a tirar partido da sociedade civil para os seus fins como a conformar-se à sociedade. Finalmente, a formação *moral* lhe dá valor que diz respeito à toda espécie humana.

A formação *escolástica* é mais precoce. Com efeito, a prudência pressupõe a habilidade. A prudência é a capacidade de usar bem e com proveito a habilidade própria. Por último vem a formação moral, enquanto é fundada sobre princípios que o próprio homem deve reconhecer; mas, enquanto repousa unicamente no senso comum, deve ser praticada desde o princípio, ao mesmo tempo que a educação física, pois, de outro modo, se enraizariam muitos defeitos, a ponto de tornar vãos todos os esforços da arte educativa. Com respeito à habilidade e à prudência, tudo deve acontecer a seu tempo com o passar dos anos. Mostrar-se hábil, prudente, paciente, sem astúcia como um adulto, durante a infância, vale tão pouco como a sensibilidade infantil na idade madura (PED, p. 35).

Cada peculiaridade das categorias da educação tem em vista o desenvolvimento de certas habilidades que pressupõe sua culminância no amadurecimento do ser humano, tornando-o cada vez melhor em sua humanidade. Especialmente pelo seu aprendizado no tocante à parte positiva da educação, ou seja, à cultura.

A parte positiva da educação física é a cultura. “Por ela, o homem se distingue do animal. A cultura consiste, notadamente, no exercício das forças da índole” (PED, p. 53), daquilo que de fato o sujeito tem enquanto essência e, espera-se seja moral. É aquela que agrega algo novo à natureza humana, diz respeito à instrução e ao direcionamento daquilo que

<sup>12</sup> Informativo, refere-se ao professor (cf. PED, p. 30), nota nº 3.

<sup>13</sup> A formação pragmática prepara o indivíduo para ser cidadão, é conferida àquele que exerce o papel de guia (cf. PED, p. 30), nota nº 4.

lhe foi ensinado. “Daqui nasce a diferença entre o professor – que é simplesmente um mestre – e o governante, o qual é um guia. O primeiro ministra a educação da escola; o segundo, a da vida” (PED, p. 30), sendo que essas características poderão estar presentes na mesma pessoa. Aliás, é isso que se espera dos verdadeiros mestres, que o sejam também mestres para a vida e não se precise recorrer aos guias. Estes o assim serão se guardarem dentro de si aquelas virtudes do bem e seu fazer for uma manifestação universalista.

Encontramos nas próprias palavras de Kant tal argumento: “O homem precisa de sua própria razão. A espécie humana precisa extrair de si mesma, pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade” (PED, p. 12), tornando-se desta forma cada vez mais humana e buscando através dessa vivência o aperfeiçoamento de tais habilidades. Neste sentido, Kant segue e nos faz refletir sobre que espécie de homens estamos criando e quem (qual planeta construiremos com tais filhos) queremos que eles sejam:

Um princípio de pedagogia, o qual mormente os homens que propõem planos para a arte de educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideia da humanidade e da sua inteira destinação. Esse princípio é da máxima importância. De modo geral, os pais educam seus filhos para o mundo presente, ainda que seja corrupto. Ao contrário, deveriam dar-lhes uma educação melhor, para que possa acontecer um estado melhor no futuro. Mas aqui se deparam dois obstáculos: os pais não se preocupam ordinariamente senão com uma coisa, isto é, que seus filhos façam uma boa figura no mundo; e os príncipes consideram os próprios súditos apenas instrumentos para os seus propósitos (PED, p. 22).

Em sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant esclarece que, “a razão, por si mesma, independentemente de todos os fenômenos ordena o que deve acontecer [...]” (FMC, p. 43), ou seja, a razão deveria ordenar a consciência para o agir moral. No entanto, apesar de saber disso por nossa racionalidade, a contingência imposta pela humanidade em decorrência da intrínseca subjetividade nela contida, acaba em algum momento nos traindo pelos sentimentos imbricados e nossa ação desviada, pois nem sempre temos a convicção daquelas máximas que deveriam ser ordenadas por nossa razão.

Talvez pudéssemos adotar um método pedagógico como forma de antídoto, (usando uma terminologia já referida por Kant), se assim podemos nominá-lo, sustentado sobre princípios racionais e não sobre aspectos contingenciais (contextos particulares), para dar conta da educação deste sujeito moral, constituindo, desta forma, uma nação moralmente orientada para a paz.

Kant acrescenta,

Para que um ser, ao mesmo tempo racional e afectado pelos sentidos, queira aquilo que só a razão lhe prescreve como dever, é preciso sem dúvida uma faculdade da razão que inspire um sentimento de prazer ou de satisfação no cumprimento do dever, e, por conseguinte, que haja uma causalidade da razão que determine a sensibilidade conforme aos seus princípios (FMC, p. 120).

Quando pensamos grande e o objetivo é chegar o mais longe que possamos imaginar (atingir a humanidade), ou seja, alcançar a razão e, através dela, chegar à autonomia, não podemos pensar em ações isoladas, mas no nosso maior objetivo: alcançar a humanidade. Cada pessoa fará seu planejamento para executá-lo, descobrindo, de acordo com suas prioridades o que é necessário fazer. Desta forma, quanto mais conhecimento adquirirmos do mundo mais teremos condições de discernir sobre quais razões nos fazem perseguir determinados fins. A vontade deve ser soberana, no entanto, o agir do ser humano autônomo precisa estar em coerência com estes fins que visem apenas o bem maior da humanidade.

Pois todos estes efeitos (a amenidade da nossa situação, e mesmo o fomento da felicidade alheia) podiam ser alcançados por outras causas, e não se precisava portanto para tal da vontade de um ser racional, na qual vontade - e só nela - se pode encontrar o bem supremo e incondicionado. Por conseguinte, nada senão a *representação da lei* em si mesma, que // *em verdade só no ser racional se realiza*, enquanto é ela, e não o esperado efeito, que determina a vontade, pode constituir o bem excelente a que chamamos moral, o qual se encontra já presente na própria pessoa que age segundo esta lei, mas se não deve esperar do efeito da acção (FMC, p. 32 - 3).

Este bem supremo e incondicionado entenda-se moralidade. E mais, ela deve ser tratada enquanto imperativo, sendo assim denominado, “[...] sem se basear como condição em qualquer outra intenção a atingir por certo comportamento, ordena imediatamente este comportamento. Esse imperativo é categórico” (FMC, p. 55).

Imperativo categórico: “é um imperativo porque nos surge como uma ordem; é categórico porque se nos aplica incondicionalmente (pelo fato de termos uma vontade racional), e não na condição de termos adotado determinados fins ou objetivos. O imperativo categórico subjaz a todos os nossos deveres morais específicos, que se nos impõem também categoricamente” (GALVÃO, In: Kant 2009, p. XIV).

Quando a espécie humana chegar à maioridade não aceitará mais agir caso suas ações não estejam coerentes com seu senso de dever, passando este a ser categórico. Kant dá sustentação a esta afirmação:

Mas porque *o mundo inteligível contém o fundamento do mundo sensível, e portanto também das suas leis*, sendo assim, com respeito a minha boa vontade [...]; como inteligência, de reconhecer-me submetido à lei do mundo inteligível, isto é, a razão, que na ideia de liberdade contém a lei desse mundo, e portanto à autonomia da vontade; por conseguinte terei de considerar as leis do mundo inteligível como imperativos para mim e as ações conformes a este princípio como deveres. E assim são possíveis os imperativos categóricos, porque a ideia de liberdade faz de mim um membro do mundo inteligível [...]. E esse dever representa uma proposição sintética a priori, pertencente ao mundo inteligível (FMC, p. 111).

Quando temos certeza de algo não é necessária sua materialização para tomarmos aquilo como verdadeiro. Nossa cognição será nosso álibi e fará com que hajamos em conformidade com a lei, mesmo que não concordemos ou que ela não nos beneficie, tornando-a uma lei universal.

Uma vez que despojei a vontade de todos os estímulos que lhe poderiam advir da obediência a qualquer lei, nada mais resta do que a conformidade a uma lei universal das acções em geral que possa servir de único princípio à vontade, isto é devo proceder sempre de maneira que *eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal*. Aqui é pois a simples conformidade à lei em geral [...] o que serve de princípio à vontade, e também o que tem de lhe servir de princípio, para que o dever não seja por toda parte uma vã ilusão, e um conceito quimérico; e com isto está perfeitamente de acordo a comum razão humana nos seus juízos práticos e tem sempre diante dos olhos este princípio (FMC, p. 34).

Uma ideia quimérica não encontrará ressonância em uma pessoa que age em conformidade com sua razão e tem convicção de suas atitudes. Em contrapartida, um selvagem não terá a mesma atitude pois aquilo ainda não foi processado por sua razão, ou melhor, ele não vê certas verdades como tais, tão pouco necessárias para sua sobrevivência na sociedade da qual faz parte.

Para Kant, selvageria não se refere a uma condição externa à vida em sociedade, tal como viver em uma floresta. A condição natural (ainda selvagem) reside no domínio da espontaneidade sobre a liberdade: age-se por inclinações (interesses) e não por princípios (razão). O filósofo nos lembra que a selvageria consiste na independência de qualquer lei. E, para que saíamos da condição de menores nós, enquanto seres humanos, precisamos primar pela razão em detrimento ao instinto, uma vez que possuímos dotação racional. Aqui reside a diferença crucial entre homens e animais. Na natureza tudo está posto e os animais agem apenas por seus instintos, enquanto os homens contam com a razão para o estabelecimento de suas ações. Assim, os animais não necessitam de aprendizado. Em contrapartida, os homens necessitam aprender tudo, desde sua tenra idade para atingir e, quem sabe, aprender usar a razão a seu favor. Daí a importância da educação: é por ela que o homem eleva-se ao estado racional, à liberdade, à autonomia (maioridade). Aqui justifica a afirmação de Kant: “O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação” (PED, p. 15). Entende-se a educação como um processo de desenvolvimento racional do ser humano. O homem é aquilo que a educação dele faz.

Corroborando, temos as palavras de Pinheiro:

[...] a natureza comanda todos os animais. A diferença é que a besta obedece. O homem por seu turno, apesar de sofrer a mesma ordem da natureza, pode escolher obedecer ou resistir. Isso significa afirmar que ao animal cabe o instinto e ao homem

a cultura. A tarefa do homem é a de reivindicar o pensamento, o juízo, enquanto ao animal cabe apropriar-se do instinto (PINHEIRO, 2007, p. 42).

Para tanto, o ser humano também pode contar com alguns mecanismos de controle sobre seus instintos e inclinações, dentre eles o da disciplina. A disciplina tem a função de submeter o homem às leis da humanidade e fazê-lo sentir a força das próprias leis (cf. PED, p. 13), agindo sempre em conformidade a elas para acostumar-se ao rigor, impondo-as sobre a vontade. Mais uma vez aqui, Kant deixa clara a importância do papel da educação. Ele defende a escola desde muito cedo para que as crianças se acostumem a ficar sentadas, a obedecer a fim de que no futuro elas não sigam apenas a seus caprichos (cf. PED, p. 13), tornando-se sujeitos arrogantes. Deixamos claro que o papel da escola vai além da disciplina de corpos selvagens, sendo uma das portas de entrada para o mundo da cultura, onde o homem pode adquirir os conhecimentos necessários que lhe farão sair do estado de selvageria e tornar-se um homem autônomo e livre, capaz de pensar por si mesmo, sem o auxílio de outrem. Chama atenção para uma condição que naturalmente é da espécie humana: sua inclinação à liberdade (entenda-se aqui liberdade como espontaneidade e não agir como um ser livre: agir pela razão). Afirma ele que, se o homem se acostuma à liberdade por longo período de tempo, a ela tudo sacrifica. Esse é um dos motivos, segundo ele, pelos quais devemos recorrer desde cedo à disciplina e opor resistência às vontades frívolas, afirmando que depois de adulto é mais difícil mudar. A selvageria seria conservada por toda a vida, caso sua vontade fosse plenamente satisfeita o tempo todo. Para ele, um erro que se comete na educação dos grandes é o de não se lhes opor resistência na juventude, em nome da premissa de que estão destinados a comandar (cf. PED, p. 14). Justifica tal necessidade lembrando que no homem a brutalidade requer polimento por causa de sua inclinação à liberdade. Diz que não é necessário polir um animal bruto, pois a brutalidade lhe é intrínseca, faz parte de seu instinto. Pela necessidade de polimento, entendemos as razões pelas quais Kant é convicto ao afirmar o quanto o ser humano carece de cuidados e formação (disciplina e instrução) (cf. PED, p. 14), uma vez que sua crença está no fato de ser através dela que o homem poderá desenvolver sua predisposição para o bem e tornar-se autônomo. Para o filósofo, “no homem não há germes, senão para o bem” (PED, p. 23), os quais o conduzirão para a moralidade, atingindo a autonomia numa sociedade universalista e justa, constituindo-se no Estado das Nações. Assim ele afirma:

Os pais cuidam da casa, os príncipes, do Estado. Uns e outros deixam de se propor como fim último o bem geral e a perfeição a que está destinada a humanidade e para a qual esta tem as disposições. O estabelecimento de um projeto educativo deve ser executado de modo cosmopolita. [...] Uma boa educação é justamente a fonte de

todo bem neste mundo. Os germes que são depositados no homem devem ser desenvolvidos sempre mais (PED, p. 23).

Sendo a educação a fonte de todo bem no mundo torna-nos, enquanto educadores, ainda mais responsáveis por aquilo que ensinamos a nossos alunos, exigindo uma postura de permanente aperfeiçoamento enquanto humanidade.

A responsabilidade da escola e dos mestres justifica sua fala: a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos. Kant vai mais longe em seu raciocínio, dizendo que quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto e quem não tem disciplina ou educação é um selvagem (cf. PED, p. 15-6), justificando sua convicção de que não temos saída: precisamos do conhecimento. Desta forma nosso investimento deve ser no sentido de tornarmo-nos sempre melhores naquilo que fazemos, termos propriedade argumentativa em nosso ofício. Ou seja, quanto mais conhecimento adquirirmos a respeito de um determinado assunto mais nos possibilita descobrir sobre ele e legislar sobre tal. Inclusive, precisamos conhecer a respeito do desenvolvimento fisiológico de nosso corpo para que, ao propormos qualquer atividade a nossos alunos, não estejamos expondo-os a algum risco desnecessário por conta de nossa ignorância. Para tal, nos apropriaremos um pouco mais do entendimento de Kant a respeito do que denominou dimensão física ou corporal e as demais que nos constituem enquanto sujeitos integrais.

### 3.1 A DIMENSÃO FÍSICA/CORPORAL

Kant sugere uma divisão para a pedagogia ou doutrina da educação, em que a Educação Física esteja mais voltada para os cuidados com a vida corporal e, a Educação Prática, também conhecida como moral. Chama-se prático tudo o que se refere à liberdade. Isso porque a “prática” diz respeito ao agir – aquilo sobre o qual se toma decisões. (cf. PED, p. 34-5), aqui entendida como ações que conduzam à autonomia. A proposta do autor supõe uma divisão didática para entendermos sua dinâmica. A educação prática ou moral é aquela que diz respeito à construção (cultura) do homem para que possa viver como um ser livre. É a que tem em vista a personalidade, educação de um ser livre, objetivando constituir-se membro da sociedade e ter por si mesmo valor intrínseco (cf. PED, p. 35), sem precisar utilizar-se dos outros como meio para chegar a seus fins.

O que é necessário observar na educação física em relação ao corpo refere-se ao uso do movimento voluntário ou dos órgãos dos sentidos. É importante passar por lugares estreitos, por sobre bases balançantes, ver abismos; se um homem não pode fazer tudo isso

não é, de fato, o que poderia ser (cf. PED, p. 54), enquanto sujeito social e moral. Apenas há que se tomar alguns cuidados no que se refere à infância, pois a criança está em fase de crescimento e o desenvolvimento físico requer alguns cuidados, apenas isso. “A dança, enquanto requer arte, parece não convir por enquanto às crianças” (PED, p. 55), o que se deve prescrever a elas são atividades que exercitem os órgãos dos sentidos – golpes de vista, alto, baixo, dentro, fora, etc. Exercitar o ouvido para dizer de que lado algo está ou se está perto ou longe. A brincadeira de gata cega também é boa para exercitar o senso de direção em caso de perda deste sentido. Empinar pipas no ar, brincadeira com objetivo e finalidade. A grande restrição das artes que cultivam o corpo é para que, além deste, se eduque para a sociedade.

Citando a frase de Rousseau: “não conseguireis jamais formar homens sábios, se antes não formardes traquinas”, Kant complementa: “Mas de um garoto esperto conseguir-se-á um homem de bem, antes que de um impertinente que banca o esperto. Que a criança não se mostre importuna em sociedade, mas também que não se mostre insinuante” (PED, p. 58), pois tais comportamentos não são socialmente aceitos. O que se espera de uma criança é que ela vá desenvolvendo seu discernimento e por ela mesma com o tempo saiba, além de se portar no social, discernir quais são as melhores opções dentro dele, ou apesar dele.

Kant, inclusive, lembra aos genitores da importância que o choro tem para o melhor desenvolvimento das partes internas e dos vasos do corpo. Segue lembrando o quanto é prejudicial aquietá-los assim que começam a chorar, pois tenderão a repetir o choro quando percebem que a ele todos cedem (cf. PED, p. 43), tornando-se, por vezes criaturas insolentes e sem iniciativa.

Os pais,

Crêem que fazem algo bom e útil aos bebês, acorrendo imediatamente e brincando com eles, logo que começam a chorar, e assim por diante. Mas eles não farão senão chorar sempre mais. [...] Se acostarmos os bebês a verem satisfeitos todos os seus caprichos, todos os seus caprichos na primeira infância, corrompemos desse modo o seu coração e os seus costumes (PED, p. 43).

Quando a criança é atendida de pronto através do choro, poderá tratar as pessoas, quando adolescente, como servis e inferiores. Em aceitando passiva e irracionalmente o choro das crianças, os adultos estariam dificultando a formação natural delas, impedindo, desta forma, o fortalecimento e a independência de suas forças.

“A primeira perdição das crianças está em curvarmo-nos ante sua vontade despótica, de modo que possam conseguir tudo com seu choro” (PED, p. 45), inclusive o desenvolvimento de maus hábitos, arraigando comportamentos nefastos para sua personalidade, transformando-se em um ser antissocial. Ao mesmo tempo não podemos

prejudicá-las, tornando-as tímidas ou dissimuladas, com uma prudência senil ou, ao contrário, que apenas nosso desejo prevaleça.

Podemos, é verdade, conseguir que o bebê se acalme; mas sufoca dentro de si a bÍlis e não faz senão alimentar a sua raiva interna. Desse modo se o habitua à dissimulação e às paixões internas. Assim, por exemplo, para citar apenas um caso, é algo estranho que alguns pais, depois de ter batido com uma vara em seus filhos, exijam que depois lhes beijem as mãos. É propriamente acostamá-los à dissimulação e à falsidade (PED, p. 45).

Kant sugere fazer com que a criança perceba seus defeitos, mas, ao mesmo tempo, não deixando transparecer demais a superioridade e autoridade do adulto ao fazê-lo, para que forme nela uma pessoa para viver em sociedade, uma vez que, se o mundo é bastante grande para ela, é também para os outros (cf. PED, p. 58), sendo dever dos que a orientam torná-la ciente disso.

Para que a pessoa viva melhor em sociedade há necessidade de cultivar de forma adequada a alma, tornando-se uma criatura moralmente melhor. Para tanto, há que investir tanto na cultura física do espírito quanto na cultura escolástica.

Chegamos, assim, à cultura da alma, que de certo modo podemos chamar também de física. Deve-se distinguir liberdade e natureza. Dar leis à liberdade é completamente diferente de cultivar a natureza. A natureza do corpo e da alma concordam no seguinte: cultivando-as, deve-se procurar impedir que se corrompam mutuamente e buscar que a arte aporte algo tanto àquele como a esta. Pode-se, portanto, em certo sentido, qualificar de física tanto a formação da alma quanto a do corpo.

Mas a formação física da alma se distingue da formação moral, pois que esta se refere à liberdade, àquela apenas à natureza. Um ser humano pode ter uma sólida formação física, um espírito muito bem formado, mas ser mau do ponto de vista da moral sendo desse modo uma criatura má.

É preciso distinguir a formação *física* da formação *prática*, sendo esta *pragmática* ou *moral*. Nesta última temos *moralização* e não a *cultura*.

Dividimos a cultura *física* do espírito em cultura *livre* e cultura *escolástica*. A cultura *livre* é semelhante a um divertimento, ao passo que a *escolástica* é coisa séria. A primeira é aquela que deve se encontrar naturalmente no aluno; na segunda, ele pode ser considerado como que submetido a uma obrigação. Pode-se estar ocupado até mesmo no jogo, como se diz: ocupado no ócio; mas pode-se estar ocupado na obrigação, e isso se chama trabalho. A cultura escolástica deve ser, pois, um trabalho para a criança, e a cultura livre, um divertimento (PED, p. 59 - 60).

Devemos proporcionar à criança tempo de recreio, mas também horas de trabalho. “A educação deve ser impositiva; mas, nem por isso, escravizante” (PED, p. 62), uma vez que a criança precisa espaço de criação, não tolhendo sua manifestação. Kant deixa claro a necessidade das crianças brincarem, uma vez que o brinquedo proporciona experimentação, prazer, ação, criatividade. Por outro lado, lembra do dever, da instrução escolástica que proporciona a formação do cidadão capaz de discernir entre o bem e o mal, aquele que sabe

qual caminho trilhar para atingir suas metas, enfim, perceber-se enquanto indivíduo, preparado para a vida em sociedade, aquele que busca sua qualificação intelectual. Kant, em uma passagem de seus escritos, esclarece: “Podemos dizer em verdade que os bebês do povo são mais mal-acostumados que os das elites. Uma vez que o povo brinca com eles, como o fazem os macacos. Cantam para eles, acariciam, beijam, dançam com eles” (PED, p. 43), não os censuram tanto quanto o fazem ‘os príncipes’ (das classes abastadas), pois não têm, em muitas situações, condições de discernimento e visão de conjunto para avaliar as consequências de tais atitudes. Quando Kant faz tais afirmações, devemos guardar as devidas proporções e lembrarmos qual contexto e época ele está inserido. Ainda, não acreditamos que brincar com as crianças seja maléfico. Ao contrário, ensinar-lhes o bem querer pode torná-las adultos melhores, mais humanos. O que não podemos é deixá-las fazer o tempo todo só o que querem, quando querem e de modo que só elas sejam beneficiadas. Assim estaríamos prestando um desserviço à sociedade, criando seres insolentes, provavelmente, inúteis para a humanidade. Ele partilha da opinião que as crianças deveriam ser habituadas desde cedo às ocupações sérias, haja vista sua preparação para vida em sociedade, evitando desta forma sua dependência e heteronomia.

Talvez aqui possamos repensar novamente no papel do educador enquanto crucial na formação do cidadão. A forma com que o mestre conduz seus aprendizes possibilita o diferencial de manifestação deste sujeito enquanto ser pensante. Há grandes chances de tornar-se um sujeito moral e autônomo se seu mestre não permitir que apenas reproduza seus ensinamentos e se torne heterônomo, mas os questione e se posicione quando lhe for solicitado, buscando sua autonomia de pensamento e, por conseguinte de sua ação.

Kant nos lembra que é função da Educação Física impedir que a criança contraia maus hábitos, pois “o hábito é um prazer ou uma ação convertida em necessidade pela repetição contínua desse prazer ou dessa ação” (PED, p. 48), daí a importância da presença de

um mestre atuante. Ele sugere, inclusive, uma divisão de horários para que as crianças brinquem e também se dediquem mais seriamente à cultura escolástica, pois

Quanto mais costumes tem um homem, tanto menos é livre e independente. Acontece aos homens o mesmo que aos outros animais: ele conserva sempre uma certa inclinação para os primeiros hábitos: daí ser imperioso impedir que a criança se acostume a algo; não se pode permitir que nela surja hábito algum (PED, p. 48-9).

Segundo o filósofo, o homem desde criança não deve se acostumar aos maus hábitos, pois tenderá ficar atrelado a eles e não ao que realmente é necessário, por isso “Quanto mais ele se abandona à preguiça, mais dificilmente se decide a trabalhar” (PED, p. 60), o que

retardaria seu processo de amadurecimento e sua saída da menoridade. Talvez por isso a preocupação de Kant em evitar os maus hábitos os quais o tornaria dependente de outrem. Sim, pois sua ressalva dizia respeito aos maus hábitos, uma vez que chama atenção para a necessidade de conservarmos alguns: “O homem também deveria habituar-se a dormir em certas horas marcadas, para não perturbar as funções corporais” (PED, p. 49), buscando homeostase em sua fisiologia. E, acrescenta:

Quando se quer formar o caráter das crianças, urge mostrar-lhes em todas as coisas um certo plano, certas leis, as quais devem seguir fielmente. Assim, por exemplo, se lhes é estabelecida a hora de dormir, para trabalhar, para brincar, esse horário não deve ser dilatado ou abreviado. Nas coisas indiferentes pode-se deixar a escolha às crianças, contanto que depois observem sempre a lei que criaram para si mesma (PED, p. 76-7).

Mais uma vez nos reportamos ao papel fundamental que deve exercer aquele que toma para si os cuidados da criança, que se tornará o adulto do futuro. Dependendo de como foi conduzido seu desenvolvimento ao longo de sua caminhada, atingirá sua maioridade ou ficará ao longo do caminho, perdido na heteronomia. Pensando em proporcionar a saída da menoridade, parece não haver outra estratégia mais eficiente que o investimento do ser humano em sua intelectualidade. Apropriaremos-nos mais desta dimensão neste próximo tópico a ser discorrido.

### 3.2 DIMENSÃO INTELECTUAL

O objetivo da educação do espírito (intelectual) não é apenas acumulação de conhecimentos. Objetiva-se a formação de sua intelectualidade que leva o homem a progredir em direção ao desenvolvimento de sua capacidade de pensar autonomamente, cultivar algumas das habilidades necessárias à sua evolução, como a memória, a inteligência, a espirituosidade, a imaginação e a razão, buscando os meios necessários para uma vida em sociedade (cf. PINHEIRO, 2007, p. 86), assim desenvolvendo suas aptidões morais para atingir sua maioridade.

O ser humano tem plenas condições de viver em sociedade, apesar das características de seu estado natural. Devido a elas, ainda está às voltas, domando suas incompletudes, egoísmos, carências afetivas e tende a isolar-se quando se depara com o outro, sentindo-se invadido ao invés de ir ao encontro deste espaço que poderia ser o lugar comum, de crescimento. A razão pela qual se pensou, neste trabalho, no espaço escolar como veículo

propagador da Paz reside na esperança de que sejam as crianças as que melhor podem se preparar para um projeto tão ousado.

Sabemos dos vieses e dos reveses pelos quais passa a educação no contexto contemporâneo e, por esta razão, supomos estar na educação desde a tenra idade e numa formação voltada para tais valores a possibilidade de alunos e professores pensarem em uma sociedade com vistas à paz. Talvez por isso o investimento todo de Kant numa educação que garanta desde suas bases a necessária sustentação da sociedade da paz. “No que toca à livre cultura das potências do ser humano, note-se que progride continuamente” (PED, p. 62), desde que haja sempre nela o investimento para esta finalidade. Para desenvolvermos essas habilidades há que se dar espaço, desde cedo, à criança para tal.

Ela deve estar voltada sobretudo às potências superiores. Cultivar também as potências inferiores, mas apenas tendo em vista sempre as superiores; a espíritosidade; por exemplo, com vistas ao entendimento. A principal regra é essa: não desenvolver separadamente uma potência por si mesma, mas desenvolver cada uma, levando em conta as outras, como a imaginação a serviço da inteligência. As potências inferiores não têm, por elas mesmas, grande valor; exemplo: que adianta ter-se memória e não discernimento? (PED, p. 63).

O discernimento será o meio através do qual conquistaremos nossa maioridade. Portanto, precisamos investir de todas as maneiras em sua qualificação.

Espíritosidade não faz senão disparates, quando não acompanhada do juízo. O entendimento é conhecimento do geral. O juízo é a aplicação do geral para o particular. A razão é a faculdade de discernir a ligação entre o geral e o particular. Essa livre cultura prossegue seu curso desde a infância, até que o jovem termine a sua educação (PED, p. 63).

Assim precisamos saber a ordem de importância que cada coisa assume em nossas vidas para termos o discernimento de qual regra cabe em cada situação.

Devemos cultivar, desde cedo, a memória procurando incentivar na mesma medida a inteligência, pois de que adiantaria termos memória se não houvesse o entendimento daquele aprendido? Kant foi incansável em seus escritos alertando-nos para o desenvolvimento da intelectualidade, sem a qual não conseguiríamos chegar à autonomia, por alguns sonhada e, por outros temida. Pinheiro considera esta etapa a mais importante da análise da educação kantiana (cf. PINHEIRO 2007, p. 86), devido ao fato de ter a justa noção de seu peso no processo de independização e maioridade do sujeito. Entenda-se o cultivo de uma capacidade intelectual que leve o homem ao desenvolvimento do raciocínio. Ou seja, tendo em vista sempre a formação de leis que levem a uma vida harmoniosa em sociedade, finalidade última de nossa existência humana. Não tendo consolidado tais leis morais, distanciamos-nos cada vez mais do esclarecimento. Portanto, cabe à escola, enquanto fomentadora de seres críticos e

pensantes, os quais deveriam ter em mente seu semelhante, também fomentar a formação das pessoas no que se refere à moral. Para tanto, Kant, como já referido no tópico anterior, dividiu a formação moral em duas partes, uma delas a cultura livre (semelhante a um divertimento) e a outra a cultura escolástica (coisa séria). Mediante esta distinção, Kant apresenta o jogo como uma atividade relacionada à cultura livre e o trabalho com a cultura escolástica. O jogo relacionado com o ócio, com o manter-se ocupado, promovendo o exercício da inteligência, já o trabalho relativo à obrigação (estudo). Desta forma, a cultura escolástica deve ser vista como um trabalho pela criança, por conseguinte a cultura livre, um divertimento. Quando os adultos se deixam levar pelo jogo, ficando por exemplo, horas a fio sentados à mesa num jogo de cartas, denota uma dificuldade do adulto tornar-se tal. Seu desejo é o de permanecer criança. Conforme Kant, “o homem é o único animal obrigado a trabalhar” (PED, p. 61), pois seu sustento está vinculado ao rendimento, fruto do trabalho. Certamente se permanecêssemos no ócio por muito tempo isso nos atormentaria. Kant preconiza que o homem deve se manter ocupado, afirmando ser o melhor repouso aquele que sucede ao trabalho. Sugere ser a escola o melhor lugar para o exercício do trabalho (cultura escolástica), enfatizando: “Prejudica-se à criança, se se acostuma a considerar tudo um divertimento” (PED, p. 62), pois ela tenderá menosprezar as questões sérias, permanecendo em um estado de menoridade, impedindo seu crescimento moral. Para tanto, faz-se necessário uma condução adequada da criança, onde seus hábitos sejam direcionados. Kant afirma ser funesta a leitura de romances, uma vez que as crianças não os utilizam posteriormente, apenas servem como divertimento, debilitando a memória, faculdade tão importante para o desenvolvimento da intelectualidade. Segundo ele, seria ridículo utilizar-se da memória para contar um romance. Sugere que se retire das mãos das crianças todos os romances. Pois as crianças criam novos romances a partir daquela leitura e inflamam a fantasia, sem reflexão (cf. PED p. 65), prejudicando sua capacidade lógica e os avanços em direção à maturidade.

Nem mesmo as distrações na escola devem toleradas. Sua percepção é de que estas acabam por transformar-se em tendência, hábito. Para ele, até os mais talentosos se perdem numa pessoa sujeita às distrações. Conforme seu entendimento, as crianças retomam logo a atenção quando dispersas. No entanto, quando maquinam coisa má, distraem-se ouvindo as coisas pela metade, respondendo atravessado, não sabem o que leem, etc.

A preocupação do filósofo com o caráter reflexivo de toda e qualquer leitura, proposta especialmente aos jovens, culmina em mais inteligência. Seu raciocínio parte do pressuposto de que quanto mais qualificada for a leitura, mais chance de despertar a reflexão, conduzindo a pessoa a atitudes moralizantes, ao encontro de sua autonomia. Para tanto, o

filósofo recomenda: “E, ainda, a criança deve aprender a distinguir perfeitamente a ciência da simples opinião ou da crença. Desse modo se formará nela uma mente correta, um gosto justo, sem refinamentos ou afetação” (PED, p. 66), contribuindo para seu amadurecimento intelectual, o qual facilitará seu melhor entendimento (racional) das coisas necessárias ao seu desenvolvimento como sujeito pleno e moral.

### 3.3 A DIMENSÃO MORAL

O leitor é colocado em contato com o tema central deste tópico quando Kant nos propõe a “[pergunta]: o homem é moralmente bom ou mau por natureza? Não é bom nem mau por natureza, porque não é um ser moral por natureza. Torna-se moral apenas quando eleva a sua razão até os conceitos do dever e da lei” (PED, p. 95). Assim, o homem deve buscar constituir-se em sujeito moral, pois o caráter é formado através da educação moral. “A moralidade diz respeito ao caráter” (PED, p. 86), onde o homem deve basear suas ações.

O homem não nasce com caráter, tampouco com bom caráter, há necessidade de prepará-lo.

*Sustine, abstine*: essa é a maneira de se preparar para uma sábia moderação. Se se quer formar um bom caráter, é preciso domar as paixões. No que toca às tendências, o homem não deve deixá-las tornarem-se paixões, antes deve aprender a privar-se um pouco quando algo lhe é negado. *Sustine* quer dizer: *suporta e acostuma suportar* (PED, p. 86).

Quando a pessoa não consegue suportar certas privações, dificilmente manterá sua conduta baseada nas máximas que deveria para consigo e aos demais.

Se quisermos solidificar o caráter moral das crianças, urge seguir o que segue. É preciso ensinar-lhe, da melhor maneira, através de exemplos e com regras, os deveres a cumprir. Esses deveres são aqueles costumeiros, que as crianças têm em relação a si mesmas e aos demais. Eles se deduzem da natureza das *coisas* (PED, p. 89).

Conforme recomenda ainda Kant, o homem precisa conservar em si a dignidade da natureza humana. Isto é, não pode mentir, jogar-se aos vícios ou em situações que lhe coloque abaixo dos animais. Essas atitudes, segundo o filósofo, é um meio de tirar a estima e a credibilidade que cada um deve a si mesmo. Da mesma forma, sugere inculcar desde cedo nas crianças o respeito e o cumprimento aos direitos humanos, buscando sempre um olhar atento ao outro (cf. PED, p. 89 - 90), assim a moralidade se solidificará e haverá maior probabilidade deste homem chegar à maioridade, conquistando sua autonomia.

Assegurar cada qual a sua própria felicidade é um dever (pelo menos indirectamente); pois a ausência de contentamento // com o seu próprio estado num torvelinho de muitos

cuidados e no meio de necessidades insatisfeitas poderia facilmente tornar-se numa grande *tentação para transgressão dos deveres* (FMC, p. 29).

Na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant acentua a autonomia como condição para a moralidade.

A moralidade é pois a relação das acções com a autonomia da vontade, isto é, com a legislação universal possível por meio das suas máximas. A acção que possa concordar com a autonomia da vontade é permitida; a que com ela não concorde é proibida. A vontade, cujas máximas concordem necessariamente com as leis da autonomia, é uma vontade santa, absolutamente boa. A dependência em que uma vontade não absolutamente boa se acha em face do princípio da autonomia (a necessidade moral) é a obrigação. Esta não pode, portanto, referir-se a um ser santo. A necessidade objectiva de uma acção por obrigação chama-se dever (FMC, p. 89).

O sujeito, segundo as leis morais, deve agir sempre por dever, desta forma seu carácter vai se solidificando e apurando seu temperamento.

Kant faz uma distinção importante em *Sobre a Pedagogia* entre carácter e temperamento. “O carácter consiste no hábito de agir segundo certas máximas. Estas são, em princípio, as da escola e mais tarde, as da humanidade. Em princípio, as crianças obedecem às leis. A cultura moral deve-se fundar sobre máximas, não sobre a disciplina” (PED, p. 75), uma vez que a disciplina apenas afasta o homem de sua animalidade. Até as máximas são leis, mas subjetivas; elas derivam da própria inteligência do homem. Lembrando que “máxima é o princípio subjetivo do querer; o princípio objetivo (isto é o que serviria também subjetivamente de princípio prático a todos os seres racionais, se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar) é a lei prática” (FMC, p. 32), precisamos exercitar as máximas em todas as áreas de nossas vidas para tornarmo-nos sujeitos autônomos, que agem segundo seus próprios princípios, por convicção, sem depender de outrem para tomar uma decisão. Abordaremos mais detalhadamente este tema no capítulo três do desenvolvimento – item 4.1 - Educação e autonomia. E, contribuindo para o desenvolvimento de nossa autonomia “[nenhuma] transgressão da lei da escola deve ficar impune, mas que seja a punição sempre proporcional à culpa” (PED, p. 76), onde haja reflexão e não apenas contenção de impulsos. Essa recomendação de Kant é para que as crianças não se sintam rebaixadas ou menosprezadas por alguém que detém o poder, pois poderá acarretar em vitimização. Mas, ao mesmo tempo, é importante a punição pois poderá servir de alicerce para sua autoconfiança e, a partir de seu melhor entendimento das implicações possa assumir seus erros, sem precisar da punição compulsória.

Kant não aprofunda muito a questão do temperamento<sup>14</sup> nesta obra, refere apenas que a simpatia e a prudência mundana pertencem ao temperamento. Trata de explicitar melhor os aportes referidos ao caráter.

Compreender melhor a composição do caráter possibilita situar-nos a respeito da formação do sujeito que pretende constituir-se cidadão. Discorreremos no próximo item os traços formadores do caráter para que possamos ter melhor entendimento deste sujeito moral que pretendemos formar.

### 3.3.1 Traços do caráter

O caráter possui três traços fundamentais, sendo: a obediência; a veracidade e a sociabilidade.

#### 3.3.1.1 A obediência

A obediência deve estar atrelada ao conhecimento para que o homem não haja cegamente por impulso ou obedeça a uma autoridade sem saber as razões e as consequências de tais atitudes.

Antes de mais nada, a obediência é elemento essencial do caráter de uma criança e, sobretudo, de um escolar. Ela tem duplo aspecto: o primeiro é a obediência à *vontade absoluta* de um governante, ou também a obediência a vontade de *um governante reconhecida como razoável e boa*. A obediência pode proceder da autoridade – e, então é absoluta – ou da confiança – e, nesse caso, é de outro tipo. Essa última, a voluntária, é importantíssima; mas a primeira é absolutamente necessária, porque prepara a criança para o respeito às leis que deverá seguir corretamente como cidadão, ainda que não lhe agradem (PED, p. 77).

As leis devem ser obedecidas por todos. Na escola, os mestres não devem fazer distinção entre as crianças, demonstrando predileção a um, onde as leis só valem para outros. Caso a criança se dê conta de tal fato pode tornar-se um rebelde (cf. PED, p. 78) e a rebeldia pode acarretar em danos que poderiam ser evitados se tais fatos não fossem permitidos.

---

<sup>14</sup> O temperamento em Kant é abordado na obra *Anthropology*. Conforme Pereira e Guzzo (2002), citando Strelau, no artigo Diferenças individuais: temperamento e personalidade; importância da teoria, nos esclarecem a respeito das pesquisas de Kant sobre o tema. Quisemos trazer tal informação apenas como ilustração, para lembrar nosso leitor a respeito do conceito de temperamento e da abordagem proposta pelo filósofo. No entanto, como nosso foco de pesquisa não está atrelado ao tema em si, não discorreremos sobre o mesmo. Fica a referência para pesquisas aos colegas de estudo. Immanuel Kant, em 1798, publicou sua “*Anthropology*”, na qual descrevia sua teoria de temperamento. Considerava este constructo como um fenômeno psicológico, compreendido por traços psíquicos determinados pela composição do sangue, que estaria relacionada a facilidade ou dificuldade da coagulação sangüínea e também sua temperatura. Kant distinguiu quatro tipos de temperamento considerando a composição sangüínea e usando critérios de energia de vida, que oscilam da excitabilidade à sonolência, além de características do comportamento dominante como emoção versus ação: 1) sangüíneo, caracterizado pela força, rapidez e emoções superficiais; 2) melancólico, designado pelas emoções intensas e vagarosidade das ações; 3) colérico, rapidez e impetuosidade no agir; e 4) fleumático, caracterizado pela ausência de reações emocionais e vagarosidade no agir (STRELAU, 1998).

“Toda transgressão de uma ordem por parte da criança é defeito de obediência, que acarreta punição” (PED, p. 78), ou melhor, deveria acarretar evitando, desta forma, possíveis comportamentos de rebeldia.

A punição é *física* ou *moral*. É *moral*, quando vai contra nossa inclinação de sermos honrados e amados, sentimentos estes que são dois auxiliares da moralidade, quando, por exemplo, a criança é humilhada ou recebida com frieza glacial. Tais inclinações devem ser conservadas, enquanto for possível. Esse é também o melhor tipo de pena, porque auxilia a moralidade. Por exemplo: se uma criança mente, o melhor e suficiente castigo é olhá-la com desprezo.

As punições *físicas* consistem em recusar à criança o que ela deseja ou aplicar castigos. A primeira se assemelha à punição moral, e é negativa. As outras devem ser usadas como precaução, para que não gerem disposição servil (*indoles servilis*). Não convém recompensar as crianças, pois isso as torna interesseiras e gera nelas disposição de mercenário (*indoles mercennaria*) (PED, p. 78 - 9).

Algumas coisas podem ser prescritas à criança como algo a ser cumprido por inclinação, porém, outras devem ser por obrigação. Pois, quando for adulta e precisar cumprir com deveres civis, tal como ocorre com o pagamento dos impostos, deverá fazê-lo sob pena de arcar com as consequências em caso de recusa ao pagamento, conforme trecho contido no Opúsculo: *Resposta à pergunta: que é o iluminismo?*:

O cidadão não pode recusar-se a pagar os impostos que lhe são exigidos; e uma censura impertinente de tais obrigações, se por ele devem ser cumpridas, pode mesmo punir-se como um escândalo (o que poderia causar uma insubordinação geral). Mas, apesar disso, não age contra o dever de um cidadão se, como erudito, ele expõe as suas ideias contra a inconveniência ou também a injustiça de tais prescrições (RES, p. 12).

Assim, o dever exige o cumprimento da obrigação, mesmo que o cidadão tenha o direito público de reclamar, caso se sinta explorado pelo abuso quanto à cobrança dos impostos.

### 3.3.1.2 A veracidade

A etapa suprema da veracidade é considerada a etapa da consolidação do caráter. “Esse é o traço essencial do caráter. Uma pessoa que mente não tem caráter e, se há nela algo bom, deriva-se do temperamento” (PED, p. 81). Uma pessoa apresenta esta característica quando sua resolução é firme, quando faz valer seu querer e o coloca realmente em prática. Exemplo: alguém que se propõe a acordar bem cedo para estudar ou caminhar e adia a decisão, acaba por perder a confiança em si mesmo. “Um homem que toma uma decisão e não cumpre, não pode ter confiança em si mesmo” (PED, p. 87), pois vai enfraquecendo aquela que deveria ser sua maior potência, sua vontade. E, com isso, contagiando suas atitudes, ou seja, vai se distanciando de sua maioridade e moralidade, possível autonomia, pois aquele

valor deixou de ser uma máxima<sup>15</sup> para ele. Isso poderá tomar uma proporção tal que atinja várias áreas de sua vida, o que pode, em efeito cascata, contaminar suas ações. Prestando, assim, um desserviço à humanidade uma vez que, além de não cumprir com sua tarefa, deixa de esclarecer outrem a partir de seu exemplo. Pensando numa perspectiva mais ampla, haverá a postergação (do vislumbre) da construção da sociedade da paz, ou, se quisermos usar um termo kantiano, da Sociedade das Nações e o do Estado Mundial para Vieira e Pereira. Ampliaremos o tema da sociedade da paz no terceiro capítulo do desenvolvimento, quando falaremos do projeto educacional da paz perpétua.

Entendemos, a partir do exposto, por que Kant afirma: “Tudo o que se opõe à moral deve ser excluído dos propósitos. Num homem mau o caráter é muito ruim” (PED, p. 88), e se ele não tomar um posicionamento, tal situação vai se cronicificando e a tendência é piorar, comprometendo sua vida como um todo. Por exemplo: alguém que viveu sempre no vício, não irá se recuperar num piscar de olhos, contando apenas com sua veracidade (cf. PED, p. 88), certamente precisará de cuidados médicos. Normalmente quem não acredita nos riscos a que se expõe estando em contato com a droga, é tomado de um pensamento mágico, próprio da fase da adolescência, embora não acometa apenas os representantes deste momento de desenvolvimento, pois há muitos adultos que também não se sustentam longe. Tais pessoas apresentam vontade débil por ter se deixado envolver na armadilha do vício e mentirão negando ser usuário. Esta pessoa perde sua autoestima, vai negar ser usuário quando questionado e isso implicará mais distanciamento de sua veracidade, acarretando afastamento ainda maior de sua autenticidade, portanto de sua moralidade e possível autonomia. Neste caso, com os conhecimentos da atualidade, pensaríamos em prescrições mais adequadas, como: acompanhamento psicológico, grupos de apoio com a família e, se recomendável fosse, internar para desintoxicação, no caso de drogas especialmente. A pessoa só procura ajuda por conta própria quando se conscientiza dos malefícios, quando contabiliza suas perdas (quando percebe o distanciamento dos autênticos amigos e da família, especialmente) e percebe que ainda há o que resgatar. Nos demais, haverá necessidade de atitudes radicais, de modo compulsório, isto é, alguém de suas relações, de quem dependa, e/ou com certa influência, consegue na justiça mandado para uma internação forçada. Podemos inferir várias coisas a respeito de quem faz uso de alguma substância ilícita, que cause dependência ou de comportamentos que acarretem vício. Pensamos em desinformação, más companhias (influências negativas), índole, carência, enfim poderá passar inúmeras justificativas por

---

<sup>15</sup> Já conceituada no segundo capítulo do desenvolvimento.

nossas cabeças na tentativa de encontrar as causas para tais atitudes. No entanto, somente a pessoa é capaz de tais explicações. Claro, ela precisa querer e, talvez nem possa mais devido ao comprometimento intelectual/afetivo. Então, é preciso muita cautela para emitir juízos a respeito das atitudes alheias, pois não podemos esquecer o fato de que não devemos (máxima) interferir no processo de desenvolvimento das pessoas, uma vez sê-lo pessoal e intransferível. Cada um tem seu tempo e se posiciona frente às coisas conforme seu estofo (maturidade, grau de liberdade para tal). Donde, mais uma vez, esta situação nos remete a pensar na educação como a única saída da menoridade (vício). Quem cai na armadilha do vício, por exemplo, o faz por ignorância, não tem aquilo internalizado como uma máxima *a priori*, pois se assim não fosse, não se deixaria envolver. Supõe-se que, a pessoa de posse dos conhecimentos prévios necessários a respeito dos malefícios em decorrência do uso de drogas e, sabendo dos transtornos que acarretam tais procedimentos impensados, certamente não se envolveria em tais armadilhas por vontade própria.

Analisando algumas situações, aparentemente corriqueiras, porém factíveis de acontecer com o ser humano, justamente pela fragilidade desta condição, entendemos as razões pelas quais Kant era tão rigoroso em suas prescrições e por que iniciar o processo desde a infância. Há situações, como a descrita no exemplo anterior, que se não houver interferência logo que se perceba, talvez seja tarde demais o atendimento, caso haja postergação ou negligência. Entendemos por que iniciar o processo pela infância, pois se deixarmos para a adolescência, aquelas atitudes próprias desta fase (pensamento mágico, empoderamento vão), poderão corrompê-lo e tudo já esteja perdido. Para solidificar o caráter moral nas crianças, é preciso ensinar-lhes da melhor maneira, através de exemplos e com regras claras, os deveres a cumprir. Estes se deduzem da natureza das coisas (os deveres para consigo mesmos e os deveres para com os demais). Para, aos poucos, internalizarem o que preconiza o imperativo categórico. “Ou seja, o imperativo categórico, sendo incondicional, ordena-nos que façamos algo que não estava previamente contido na nossa vontade, que procedamos de determinadas formas independentemente das inclinações que já temos” (GALVÃO, In: KANT, 2009, XXXIX), uma vez que estas apenas atendem aos nossos interesses e não contemplam o que realmente interessa: a coletividade, a nação.

O homem precisa preservar a dignidade humana em sua própria pessoa. “O homem, quando tem diante dos olhos a ideia de humanidade, critica a si mesmo” (PED, p. 91), tem consciência do mal que suas atitudes podem desencadear. O dever para consigo mesmo e para com o outro não deve vir do externo. E, se tais procedimentos forem se solidificando, poderão levar o sujeito ao encontro de sua maioridade, autonomia.

“A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem” (RES, p. 09), por isso precisamos investir em conhecimento, desenvolver nossas potencialidades para, cada vez mais, sermos coerentes em nossas atitudes, podendo assim assumir nossa maioridade e conquistarmos nossa autonomia.

Falta quase totalmente em nossas escolas uma coisa que, entretanto, seria muito útil para educar as crianças na honestidade, isto é, falta um catecismo do direito. Este deveria conter uma versão popular de casos referentes à conduta que se há de manter na vida cotidiana e, implicariam naturalmente sempre a pergunta: isso é justo ou injusto? (PED, p. 91).

As palavras de Kant, citadas acima, deixam claro quanto a escola pode contribuir para a formação desse sujeito moral resgatando, assim sua veracidade, sua razão autêntica, tornando-o cada vez mais fortalecido para os enfrentamentos necessários em sua vida adulta. Para tanto, as escolas precisam contar com Projetos Pedagógicos que deem conta deste catecismo do direito através de bons professores e bons guias fazendo valer na prática tais preceitos, como sugerido pelo filósofo de Königsberg: “O direcionamento é a condução na prática daquilo que foi ensinado. Daqui nasce a diferença entre o professor - que é simplesmente um mestre - e o governante, o qual é um guia. O primeiro ministra a educação da escola; o segundo, a da vida” (PED, p. 29-30), e preferentemente que ambos estejam contidos em uma mesma pessoa.

A grande questão colocada são as exigências no tornar-se tal guia. Para praticar beneficiência, precisamos estar livres de dívidas, acrescentamos, de quaisquer ordem (cf. PED, p. 91), isso é, também, sinal de maturidade, de coerência, pois deixarmos de honrar um compromisso, além de trazer implicações pessoais, pode gerar transtornos para àqueles os quais devemos. Por isso é necessário, solidificar as atitudes e ser o melhor exemplo podendo cobrar, desta forma, franqueza das crianças, não permitindo que mintam ou omitam informações para não se acostumarem a burlar as regras e os compromissos. Esta é uma modesta confiança em si mesmo. Tal confiança põe o homem em condições de mostrar de modo conveniente os seus talentos. Não se deve mentir nem por necessidade, conforme Kant (cf. PED, p. 92), pois não podemos justificar moralmente tal atitude. Não podemos mentir nem que estejamos passando por alguma necessidade. Kant nos coloca, nesta situação, uma reflexão acerca do que é o justo ou moral:

Quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedir emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá. Este princípio do amor de si mesmo ou da própria conveniência pode talvez estar de acordo com todo o meu bem-estar futuro; mas agora a questão é saber se é justo. Converto assim esta exigência do amor de si mesmo em lei universal e ponho assim a questão: Que aconteceria se a minha máxima se transformasse em lei universal? (FMC, p. 64).

A certeza antecipada de que o sujeito não pagará a dívida ao contraí-la, diz o quanto está indo contra os princípios da moralidade. Estaríamos nos colocando num estado de menoridade, conseqüentemente, dificultando não só o processo individual da autonomia, pelo exemplo negativo, mas, também, comprometendo as gerações vindouras. Atualizando, poderíamos pensar, na linguagem popular, que estas atitudes preconizariam o que hoje denominamos “jeitinho brasileiro”, falando de nossa nação. Cada país teria o seu, de acordo com sua cultura.

### 3.3.1.3 A sociabilidade

Kant recomenda que as crianças não vivam isoladamente. Não se deve viver no isolamento. Philonenko (*apud* CENCI, 2007, p. 57) diz que a máxima da sociabilidade pode ser formulada da seguinte forma: “pensar colocando-se sempre no lugar dos outros”. É somente através do exercício e na interação com o outro que sentiremos a verdadeira necessidade de nos colocarmos no lugar daquele. Caso contrário, tenderemos a nos satisfazer e olhar apenas para nossos próprios interesses. É na interação com o outro que as diferenças aparecem e temos a possibilidade de nos aperfeiçoarmos como seres humanos e testar nossa honestidade. E, nada melhor que tal lugar seja a escola aos moldes de um laboratório desse processo de desenvolvimento. Desde que o espaço reflexivo, a capacidade de pensar e o independizar-se estejam nele garantidos; a forma e os meios pelos quais isso se dá é o de menor importância.

Embora saibamos que a seleção dos enfoques aqui abordados não findam as possibilidades de entendimento em relação ao pensamento kantiano, encerramos este capítulo em que Kant apresenta os argumentos que justificam a forma como propôs a divisão da educação Física e da Educação Prática, para compreendermos que, sem esta base, seu projeto pedagógico não aconteceria nos moldes idealizados.

Quando Kant sugere que a criança seja disciplinada desde a tenra idade. Deixa claro que, se não proporcionarmos a ela as condições para o desenvolvimento de seu pleno potencial, enfrentará problemas com as adversidades próprias da juventude e da idade adulta. Assim, na condição de preceptores, enquanto pais ou professores, precisamos estar atentos nas dosagens, não só do que apresentamos como nas cobranças destinadas a elas. Devemos oportunizar alternância de satisfação, através de brincadeiras lúdicas, mas também, oportunizar aprendizagens (cultura de toda ordem) que sejam encaradas como trabalho. Os pequenos precisam acostumar desde cedo a se responsabilizar por suas atitudes e manifestar

através delas coerência, primando pelos valores morais, pois será através deles que nossa manifestação no social acontecerá com coerência, vislumbrando a construção de um sujeito autônomo, capaz de orientar-se pela razão e, assim, com vistas à paz.

Levando em conta os traços fundamentais do caráter, sendo eles: a obediência; a veracidade e a sociabilidade, temos um sujeito constituído de características que, teoricamente, lhe darão aporte para o exercício de sua cidadania, buscando ações morais que sustentem sua autonomia e tenha clareza do seu papel como sujeito na busca da paz perpétua, em que haja atmosfera favorável para a efetivação da Sociedade das Nações.

## 4 DA FORMAÇÃO DO SUJEITO AUTÔNOMO À PAZ PERPÉTUA ENTRE AS NAÇÕES

### 4.1 EDUCAÇÃO E AUTONOMIA

Já situamos o leitor a respeito dos conceitos de educação e de pedagogia no segundo capítulo do desenvolvimento. Precisamos agora entender as acepções da palavra autonomia para compreendermos os escritos propostos por Kant sobre o tema, por isso ampliaremos sua conceituação:

A autonomia é a capacidade de autodeterminação. Um agente é autônomo quando suas ações são verdadeiramente suas. A necessidade dessa liberdade moral surge em Rousseau e é um dos alicerces da teoria ética de Kant, onde a autonomia da vontade é uma condição necessária da ação moral. A dificuldade desse conceito é que todos os nossos desejos, escolhas e ações são em parte causados por fatores que estão fora de nosso controle, entre eles os fatores que, inicialmente, são responsáveis por nosso caráter. Assim, pode parecer que a verdadeira autonomia é um mito; mas mesmo assim o conceito é importante, já que é plausível sustentar que só os agentes que agem de forma autônoma são responsáveis por suas ações. No entanto, essa ideia também nos conduz a areias movediças: contrasta-se com frequência a autonomia com o estado de estar “escravizado” por maus desejos, mas se só quem é autônomo pode ser responsável, segue-se de imediato que ninguém é responsável por más ações. Descrever os agentes como autônomos quando estes estão sob a influência unicamente da razão, considerá-los como tal quando eles podem se identificar com as motivações que conduzem às suas ações, ou quando conseguem agir de modo a mudar suas motivações quando não se identificam com elas, são algumas das propostas para a defesa do conceito. Os agentes são heterônomos quando sua vontade está sob o controle de outra pessoa. Vale notar que este não é um par definitivo: um agente pode não ser autônomo em função de fatores externos onde não se inclui o controle por outra, mas apenas outros tipos de coerção e compulsão. Na ética de Kant, os termos são mais específicos. A autonomia é a capacidade de saber o que a moralidade exige de nós, e não funciona como a liberdade de tentar alcançar nossos fins, mas como o poder de um agente para agir segundo regras de conduta universalmente válidas e objetivas, avaliadas apenas pela razão. A heteronomia é a condição de quem age segundo desejos, não legislados pela razão. Alguns filósofos da ética, onde se incluem muitas feministas, questionam a importância da autonomia, vendo-a como uma fantasia que dissimula as origens sociais e pessoais de todo pensamento e de toda ação (BLACKBURN, p. 31 - 2).

Assim, espera-se que o sujeito saia da heteronomia e assuma, através da razão, posturas éticas e moralmente autônomas. Talvez haja questionamentos quanto à importância da autonomia por aqueles que insistem em agir apenas segundo seus desejos, deixando de pensar com a razão e no coletivo. Estes, certamente, estarão atrasando a conquista do Estado das Nações e distanciando os interesses pela busca da paz perpétua. O que não se pode é desistir ou se deixar abater por tais opositores, uma vez que haja o entendimento do que deve ser o melhor para a nação enquanto todo.

Na versão de Abbagnano, temos ainda que autonomia é:

Termo introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em

conformidade com uma lei própria, que é a razão. Kant contrapõe a A. à heteronomia, em que a vontade é determinada pelos objetos da faculdade de desejar. Os ideais morais da felicidade ou perfeição supõem a heteronomia da vontade porque supõem que ela seja determinada pelo desejo de alcançá-los e não por uma lei sua. A independência da vontade em relação a qualquer objeto desejado é a liberdade no sentido negativo, ao passo que a sua legislação própria (como “razão prática”) é a liberdade no sentido positivo. “A lei moral não exprime nada mais do que a A. da razão pura prática, isto é da liberdade” (Crit. R. Prática, I, § 8). Em virtude de tal A., “todo ser racional deve considerar-se fundador de uma legislação universal” (Grundlegung zur Met. Der Sitten, II, B A 77). Esse ficou sendo o conceito clássico da A. Mais genericamente, fala-se hoje, por exemplo, de “princípio autônomo” no sentido de um princípio que tenha em si, ou ponha por si mesmo, a sua validade ou regra da sua ação. [N.A.] (ABBAGNANO, p. 111).

“Autonomia é pois o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional” (FMC, p. 84), sendo uma construção a ser lapidada no processo de desenvolvimento, a partir dos princípios da moralidade com vistas à universalidade. Constituímo-nos em sujeitos autônomos à medida que construímos nossa trajetória enquanto tal. A autonomia é uma conquista da consciência em desenvolvimento. Quanto mais desenvolvida seja, supõe-se deva chegar ao topo de sua trajetória, com isso possa alcançar patamares mais elevados desta condição até a liberdade plena, com vistas à paz. Pensar em autonomia, como discorremos no capítulo anterior, nos remete ao processo educativo. É no processo sócio-educativo, ou seja, através da vida em sociedade, na interação com outras pessoas que o sujeito desenvolve determinadas habilidades, que o torna um sujeito social, apto ao aprendizado e à vida em sociedade, meio através do qual mostrará suas fraquezas e potencialidades. É no social que o sujeito checa e sustenta sua moralidade. Para tanto, faz-se necessário compreender a educação e a autonomia. Mais que isso, entender qual a relação e as implicações entre elas. Um sujeito não se constitui autônomo sem educação. Necessariamente é através do processo de desenvolvimento, perpassado pela educação, que a autonomia e os valores morais se solidificam e há possibilidade deste sujeito constituir-se em um sujeito da paz, podendo fazer frente ao movimento da construção da Sociedade das Nações, sobre a qual abordaremos no último capítulo do desenvolvimento. E, conforme bem coloca Pinheiro, nada melhor que as ideias kantianas para nos socorrermos nesta árdua tarefa:

Pretender uma reflexão filosófica totalmente afastada de Kant, totalmente isenta dos conceitos kantianos é um absoluto contra-senso. Por mais que alguns desejem o afastamento de Kant, suas ideias são sempre relacionadas a problemas tratados por Kant. A influência de Kant é tão grande que nos sentimos impossibilitados de falar e buscar qualquer fundamento filosófico, hoje, sem nos reportarmos a ele (PINHEIRO, 2007, p. 11).

Desta forma, nos servimos dos escritos do filósofo para sustentar nossos argumentos, entendendo ser tarefa solitária a busca pela autonomia.

#### 4.1.1 O processo de formação do sujeito autônomo

Com o mote: *Sapere aude*<sup>16</sup> é que o Iluminismo lança a ideia do homem sair da menoridade em busca da maioridade, ou seja, conquistar a emancipação, com vistas à autonomia. Em relação ao tema sabemos que há um longo caminho a ser percorrido até sua conquista. O homem não nasce autônomo, faz-se à medida que se desenvolve e se permite acessar valores que o constituam como tal. Cumprindo etapas a percorrer, conforme já expusemos no primeiro capítulo do desenvolvimento, propõe Kant em *Sobre a pedagogia*: “A disciplina transforma a animalidade em humanidade” (PED, p. 12), retirando o homem de seu estado primitivo de selvageria. Para tanto, o homem há de buscar sua própria razão. “A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade. Uma geração educa a outra” (PED, p. 12), onde o melhor de cada uma deverá ser extraído e aperfeiçoado. No sentido mais amplo, entendemos que o legado deixado pelas gerações antecessoras servem de base para as vindouras e, estas se valem daqueles aprendizados para compor seu fazer e agir. A partir do entendimento sobre as coisas e os conceitos (que sua razão alcançou ou processou) que a geração posterior conseguiu apreender e desenvolver em relação à anterior, haverá possibilidade de amadurecimento. É também por isto que precisamos desenvolver nossa faculdade do aprender e investir disciplinadamente na educação, pois ela pode ser fonte inesgotável de conhecimento, o qual nos propiciará passaporte para sairmos da menoridade e alcançarmos a maioridade. Para haver investimento em educação é necessário autonomia da vontade. Kant assim a denomina:

Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objectos do querer). O princípio da autonomia é portanto: não escolher senão o modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal (FMC, p. 90).

Pensando nas etapas mais avançadas é que Kant já recomendava: “A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, da humanidade, através de suas inclinações animais” (PED, p. 12), a partir dessa consciência, nossos esforços deveriam voltar-se no sentido de ultrapassar tais inclinações e sempre buscar a autonomia, da mesma forma, como lei universal. O filósofo nos faz um alerta em relação à disciplina: “A disciplina, porém, é puramente negativa, porque é o tratamento através do qual se tira do homem sua

---

<sup>16</sup> “Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento!” (RES, p. 9).

selvageria; a instrução pelo contrário, é a parte positiva da educação” (PED, p. 12), aquela que poderá dar sustentação ao processo de moralização deste sujeito. Assim, Kant nos alerta para a necessidade da busca constante pelo saber, pois é somente através dele que iremos alcançar a tão sonhada autonomia e sairemos da heteronomia, a qual nos mantém atrelados à consciência de outrem. Caso contrário, o homem conservará em si seu estado primitivo de selvageria e estará à margem de qualquer lei. “A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis” (PED, p. 13), sem a qual o homem dificilmente atingiria a educação formal, devido a sua tendência ao estado natural.

Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que aí se acostumem a ficar sentadas tranquilamente e a obedecer pontualmente àquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um de seus caprichos (PED, p. 13).

Para Kant há uma distinção importante entre natureza e liberdade. E, talvez em função disto ele prescreve adotarmos esta medida às crianças desde a tenra idade, pois o homem naturalmente tende à dispersão, distraíndo-se com coisas que lhe sejam prazerosas. Ele nos remete à selvageria fazendo alusão a este estado natural pelo qual o homem se deixa atrair. Em contraposição, Kant lembra que só alcançaremos a liberdade quando tivermos clareza sobre as coisas e nosso agir, isto é quando a razão estiver no comando de nossa vontade.

Pinheiro ilustra a oposição entre natureza e liberdade contida na obra *Sobre a pedagogia*:

Kant formula a oposição entre natureza e liberdade, mostrando as duas formas de cultura, que constituem a educação humana: cultura física e cultura moral. Ora, cultura física é aquela que faz uso de um certo tipo de determinismo, ou seja, é o lugar onde as faculdades do homem são naturais. Já a cultura moral é aquela em que a verdadeira liberdade é realmente encontrada. Todo o processo educacional visa a moral, pois na liberdade se encontram realizados não somente todos os fins incondicionados da humanidade, mas também a essência do homem. Na cultura moral, podemos encontrar também a razão, como autonomia e liberdade, reguladora da ordem social, garantidora da unidade dos princípios e da educação moral. A razão determina *a priori* o trabalho de promover com todas as nossas forças o maior bem do mundo, o qual consiste na ligação do maior bem dos seres racionais do mundo com a suprema condição do bem nos mesmos, isto é, da felicidade universal com a moralidade maximamente conforme a lei. A educação moral é, em consequência, a mais alta e importante tarefa da educação. Por meio da educação moral, a criança pode receber seu verdadeiro valor, a saber, pode ser considerada homem. Portanto, será em direção a ela que todas as outras formas da educação devem ser orientadas. O ideal norteador da tarefa pedagógica encontra na educação moral seu sinônimo (PINHEIRO, 2007, p. 28 - 9).

Pinheiro deixa claro, no trecho citado, a complexidade do caminho a ser percorrido na busca da moral através da educação. Sendo assim, será através de uma educação revestida

de valores morais, que garanta a este homem elevar-se à condição de autônomo, que possibilitará a conquista da liberdade para a construção da Sociedade das Nações. “A autonomia é pois o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional” (FMC, p. 84) , sem a qual não seria possível constituirmo-nos como cidadãos, legisladores da paz.

A moral deve ser legislada pela vontade e esta por uma consciência autônoma. “O conceito segundo o qual todo o ser racional deve considerar-se como legislador universal por todas as máximas de sua vontade para, deste ponto de vista, se julgar a si mesmo e às suas ações, leva a um outro conceito muito fecundo que lhe anda aderente e que é o de um Reino dos Fins” (FMC, p. 80), daí a importância de descobrirmos quais os fins pelos quais vale a pena legislar.

Por esta palavra *reino* entendo eu a ligação sistemática de vários seres racionais por meio de leis comuns. Ora como as leis determinam os fins segundo a sua validade universal, se se fizer abstração das diferenças pessoais entre os seres racionais e de todo o conteúdo dos seus fins particulares, poder-se-á conceber um todo do conjunto dos fins (tanto dos seres racionais como fins em si, como também dos fins próprios que cada qual pode propor a si mesmo) em ligação sistemática, quer dizer, um reino dos fins que seja possível segundo os princípios acima expostos.

Os seres racionais estão pois todos submetidos a esta lei que emana que cada um deles *jamais* se trate a si mesmo ou aos outros *simplesmente como meios*, mas sempre *simultaneamente como fins em si*. Daqui resulta porém uma ligação sistemática de seres racionais por meio de leis objectivas comuns, isto é, um reino que, exactamente porque estas leis têm em vista a relação destes seres uns com os outros como fins e meios, se pode chamar um reino dos fins (que na verdade é apenas um ideal) (FMC, p. 80).

Os fins não podem ser justificados pelos meios quando temos a clara noção de nossa implicação como legisladores universais, pois necessariamente devemos estar submetidos às mesmas leis, por isso, denominadas universais, assim agindo segundo máximas.

*É absolutamente boa a vontade* que não pode ser má. Portanto quando a sua máxima, ao transformar-se em lei universal, se não pode nunca contradizer. A sua lei suprema é pois também este princípio: Age sempre segundo aquela máxima cuja universalidade como lei possas querer ao mesmo tempo; esta é a única condição sob a qual uma vontade nunca pode estar em contradição consigo mesma, e um tal imperativo é categórico. E pois que a validade da vontade, como lei universal para acções possíveis, tem analogia com a ligação universal da existência das coisas segundo leis universais, que é o elemento formal da natureza em geral, o imperativo categórico pode exprimir-se também assim: *Age segundo máximas que possam simultaneamente ter-se a si mesmas por objecto como leis universais da natureza*. Assim fica constituída a fórmula de uma vontade absolutamente boa (FMC, p. 82 - 3).

Nesta passagem, Kant nos deixa claro o quanto precisamos contar com nossa razão para que a vontade, derivada dela, possa se manter absolutamente boa e nossas atitudes coerentes com nossos princípios morais, os quais se constituirão nas máximas, as quais darão sustentabilidade ao sujeito da paz.

Kant afirma que as máximas têm, com efeito:

- 1) uma *forma*, que consiste na universalidade, e sob este ponto de vista a fórmula do imperativo moral exprime-se de maneira que as máximas têm de ser escolhidas como se devessem valer como leis universais da natureza;
- 2) uma *matéria*, isto é, um fim, e então a fórmula diz: o ser racional, como fim em si mesmo, tem de servir a toda a máxima de condição restritiva de todos os fins meramente relativos e arbitrários;
- 3) uma *determinação completa* de todas as máximas por meio daquela fórmula, a saber: que todas as máximas por legislação própria devem concordar com a ideia de um reino possível dos fins como um reino da natureza (\*)<sup>17</sup> (FMC, p.84).

A universalidade enquanto prática das máximas constitui-se para Kant numa possibilidade de construção do reino dos fins, em que o sujeito incorpora-as em sua vida como uma segunda natureza.

Pinheiro segue: “A natureza do homem é colocada constantemente frente a frente com a vontade, visto que ela sofre a influência tanto da razão quanto da sensibilidade” (PINHEIRO, 2007, p. 111), testando-a em todos os momentos, certificando-se de seu pendor. Por isso, da preocupação de Kant, conforme já discorrido no primeiro capítulo do desenvolvimento, que depois que acostumamos à liberdade por longo tempo, a ela tudo sacrificamos. Em não sendo solidificado este momento na vida da criança, o adulto formado poderá sofrer as consequências em algum momento de sua vida (pessoal, de estudante ou profissional).

Kant vai além das implicações às crianças e possibilita tratar o assunto em relação à formação humana para toda a vida. Nesse sentido, o autor lembra-nos do erro, no qual caímos comumente, quando falamos em não opor resistência na juventude, porque estão destinados a comandar. Ele se refere ao fato dos adultos deixarem as crianças assumirem tarefas ou tomarem atitudes para as quais ainda não estariam preparadas. Talvez por interesse até daqueles, aliviando em alguma medida suas responsabilidades ou, ingenuamente pensando estar preparando esta criança para ser de fato um adulto mais decidido. No entanto, sem ter a consciência das razões pelas quais estão tomando tais atitudes, agiriam movidos pela impulsividade o que certamente traria prejuízos na posterior adultez. Kant extrapola com o presságio. “Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres

---

(\*)<sup>17</sup> A teleologia considera a natureza como um reino dos fins; a moral considera um possível reino dos fins como um reino da natureza. Acolá o reino dos fins é uma ideia teórica para explicar o que existe. Aqui é uma ideia prática para realizar o que não existe mas que pode tornar-se real pelas nossas ações ou omissões, e isso exactamente em conformidade com esta ideia. (Nota de Kant.) (FMC, p.84).

muito ruins de seus educandos” (PED, p. 15), sendo tarefa constante do mestre seu aperfeiçoamento enquanto tal, servindo de exemplo ao aluno aprendiz. Talvez, por ter clareza das consequências nefastas que pudesse causar um mestre ruim sobre seu aprendiz, é que Kant foi tão enfático e minucioso quando abordou o tema da educação, explicitando-o detalhadamente em partes, esclarecendo sobre as etapas que a compõe, conforme já exposto no capítulo anterior.

Encontramos, por outro lado, na *Pedagogia da autonomia*, de Paulo Freire, um aspecto que permite, ao menos em parte, atualizar a preocupação kantiana com os educandos e com aqueles que educam.

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo a aceitar que o *formador* é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que *me forma* e eu, o *objeto* por *ele formado*, me considero um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p. 22).

Levando em consideração que a educação é um processo e, também, uma via de duas mãos, aquele que educa sempre aprende e aquele que aprende sempre educa. E, certamente, esse aprendizado será muito melhor se os envolvidos neste processo registrarem suas percepções para que outros pesquisadores também partilhem de suas descobertas. E, tanto Freire quanto Kant, nos mostram através de suas biografias, que buscaram a construção do conhecimento, por meio da observação, da investigação e da experimentação. Sua ação foi seu aprendizado e seu ensinamento.

#### 4.1.2 Autoeducação e esclarecimento

Os ‘aprendizes’ precisam que seus mestres sejam verdadeiramente mestres, que exerçam sobre eles seu verdadeiro papel, mostrando-lhes através do exemplo como se tornarem melhores a cada geração vindoura. Quem sabe dessa forma os mestres se tornem

mais eficazes para seus aprendizes e despertem neles o autodidatismo, ao exemplo do que foram esses mestres como Kant e Freire. E, através de suas reputações ilibadas, influenciar o ‘*modus vivendi*’<sup>18</sup> dos demais, no interior da sociedade, devido ao cultivo de sua prudência.

Assim, o educador tem papel fundamental em sua própria formação, buscando ações reflexivas a partir de seus investimentos pessoais, tornando-se cada vez mais hábil na busca de seu cabedal cultural pessoal, tornando-se cada vez melhor qualificado, pois já nos dizia Kant: “Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem” (PED, p. 16), e permanecerá no seu estado de selvageria caso não tenha uma boa educação para tirá-lo deste estado. “A falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina” (PED, p. 16), uma vez que, no entender de Kant, somente através da educação o homem conseguirá ser capaz de conviver socialmente e atingir a maioria, tornando-se capaz de pensar por si próprio, agindo não mais por influência do meio externo, mas por sua razão adquirida de uma formação moral e alicerçada pelos pilares da educação recebida de maneira autônoma. Pensamos que uma educação alicerçada de forma disciplinada seja mais facilmente assimilada. Conforme Nodari e Bresolin, no artigo intitulado *Kant: educação e esclarecimento*, deixam claro que a moral vem da razão: “Apenas homens que usam sua própria razão estão aptos a praticar ações com valor moral. Dessa forma, a proposta kantiana da *Aufklärung* é fazer com que o homem se auto-educue, isto é, se torne esclarecido desde o interesse interno” (NODARI e BRESOLIN, 2010, p. 208-9). Autoeducação é o termo kantiano para denominar a educação daqueles que agem autonomamente, não dependendo da instrução de outrem. Kant acreditava que o sistema educacional tradicional era insuficiente para dar conta das questões de ordem moral do indivíduo. Ele acreditava que somente através do completo controle sobre si é que se tornariam esclarecidos e autoemancipados, consequência da ação da razão a qual desencadeia a autonomia da vontade. Para tanto, há necessidade de educarmos o uso de nossa razão, caso contrário permaneceríamos na minoridade.

Segundo Kant, em *Sobre a pedagogia* “a melhor maneira de cultivar as potências da índole consiste no fazer por si mesmo o que se quer fazer; por exemplo, pôr em prática a regra gramatical que se acabou de aprender. Compreendemos melhor um mapa geográfico quando o fazemos. O melhor modo de se compreender é fazendo” (PED, p. 70), pois através do fazer há

---

<sup>18</sup> Modus vivendi: expressão que tem origem no latim e significa: modo de viver, compromisso assumido com a justiça para ter melhor comportamento de vida (Pequeno Dicionário Jurídico de Expressões Latinas).

o envolvimento com o objeto e, ao nos apropriarmos dele, há mais facilidade de compreensão, vamos aperfeiçoando o fazer.

Kant nos propõe também uma reflexão a respeito do sentimento do prazer e do desprazer, indicando sua posição negativa a respeito do sentimento. Segundo ele “o sentimento não deve ser mimado” (PED, p. 71), pois a pessoa não desenvolve as habilidades e as competências necessárias aos enfrentamentos que a maioria lhe imputará. Deduz-se desta afirmativa, que não devemos mimar as crianças, uma vez que elas se tornariam pouco resistentes e tenderiam a não querer trabalhar.

Por isso é sobremaneira importante que as crianças aprendam a trabalhar desde cedo. A menos que já estejam amolecidas, elas gostam em verdade dos divertimentos associadas à fadiga e das ocupações que requerem uso da força. No que diz respeito aos prazeres, não devemos torná-las ávidas nem deixar a elas a escolha. Nesse assunto as mães acostumam mal os seus filhos e os tornam muito delicados. Entretanto, observa-se que as crianças, sobretudo os meninos, amam mais o pai que a mãe. Isso decorre do fato de a mãe não lhes permitir pular, correr de um lado para outro, com medo que se machuquem. O pai, ao contrário, que ralha, que os castiga até fisicamente, quando são mal-educadas, leva-as ao campo a passear e lá os deixa correr, brincar e divertir-se conforme sua idade (PED, p. 71 - 2).

Quando proporcionamos atividades que se sentem livres, exercitam a capacidade de criação. É através destas que se abrem os caminhos para uma possível autonomia. No contexto da atualidade (ano base 2014), há necessidade de se desenvolver certas habilidades em que a criança demonstre resiliência frente aos obstáculos. “Crê-se que se exercita a paciência das crianças, fazendo-as esperar por muito tempo alguma coisa. Tal não seria necessário. Mas elas devem ter paciência nas doenças e semelhantes” (PED, p. 72), pois na vida também haverá provações, as quais deverão demonstrar maturidade para enfrentá-las. Para Kant, há dois tipos de paciência, a primeira, aquela em que renunciamos a toda esperança. Esta, segundo ele, não é necessária quando se almeja apenas o possível. A segunda é aquela quando retomamos a coragem e é sempre permitida, desde que nada mais desejemos que o certo. A falta de esperança na doença, conforme seu entendimento, é tão prejudicial quanto seria benéfica a coragem no restabelecimento da saúde. Para Kant, quem for capaz de se encher de coragem quanto ao seu estado físico ou moral não abandona a esperança (cf. PED, p. 72), por acreditar em sua potência ínsita. Talvez, por esse motivo, o filósofo dizia que as crianças se tornariam tímidas caso lhes dirigíssemos palavras injuriosas, quando fossem envergonhadas frequentemente. Algumas palavras dirigidas aos filhos deveriam ser banidas do vocabulário dos pais, conforme ele. Exemplo: “credo, não tem vergonha?” Deveríamos dizer isso apenas quando elas mentem. Não quando colocam o dedo no nariz, para isso, dizer:

“isso não fica bem, não é o costume.” Se eles se envergonharem sempre, irão ser tímidas para o resto da vida (cf. PED, p. 73).

[...] não se deve dobrar à vontade das crianças, mas dirigi-la, de modo que elas saibam ceder aos obstáculos naturais. No início, a criança deve obedecer cegamente. Não é natural que ela comande com seus gritos e que o forte obedeça ao fraco. Portanto, jamais devemos ceder aos gritos das crianças, mesmo em tenra idade, e deixá-las conseguir alguma desse modo. Nesse caso, os pais geralmente se enganam e crêem poder remediar o mal, recusando aos filhos mais tarde o que solicitam (PED, p. 73).

Tal conduta, certamente, tornará muito mais difícil a convivência entre pais e filhos e, também, dará certo trabalho para os pais retomarem a firmeza de suas atitudes com àqueles.

Nodari e Bresolin (*In* KUIAVA e STEFANI, 2010, p. 227) nos lembram o que Kant falava sobre a razão: importante é “fazer a criança compreender que a norma do agir repousa unicamente na razão. Consequentemente, com o andar do processo educativo, sua própria razão vai lhe ensinando aquilo que se deve fazer e, categoricamente, a manda fazer”.

Espera-se maior assertividade de uma vontade movida pela razão. O conhecimento sempre é um ótimo aliado na superação dos entraves de um possível imperativo quando a moral é um princípio que rege a conduta do sujeito esclarecido.

A vontade é concebida como a faculdade de se determinar a si mesmo a agir *em conformidade com a representação de certas leis*. E uma tal faculdade só se pode encontrar em seres racionais. Ora aquilo que serve à vontade de princípio objectivo de sua autodeterminação é o *fim* [*Zweck*], e este, se é dado pela só razão, tem de ser válido igualmente para todos os seres racionais. O que pelo contrário contém apenas o princípio da possibilidade da acção, cujo efeito é um fim, chama-se *meio*. O princípio subjectivo do desejar é o *móbil* [*Triebfeder*], o princípio objectivo do querer é o *motivo* [*Bewegungsgrund*]; daqui a diferença entre fins subjectivos, que assentam em móveis, e objectivos, que dependem de motivos, válidos para todo o ser racional. Os princípios práticos são *formais* quando fazem abstracção de todos os fins subjectivos; mas são materiais quando se baseiam nestes fins subjectivos e portanto em certos móveis. Os fins que um ser racional se propõe a seu grado como *efeitos* da sua acção (fins materiais) são na totalidade apenas relativos; pois o que lhes dá o seu valor é somente a sua relação com a faculdade de desejar do sujeito com características especiais, valor esse que por isso não pode fornecer princípios universais para todos os seres racionais, que sejam também válidos e necessários para todo o querer, isto é leis práticas. Todos esses fins relativos são, por conseguinte, apenas a base de imperativos hipotéticos.

Admitindo porém que haja alguma coisa *cujá existência em si mesma* tenha um valor absoluto e que, *como fim em si mesmo*, possa ser a base de leis determinadas, nessa coisa e só nela é que estará a base de um possível imperativo categórico, quer dizer de uma lei prática (FMC, p. 71).

Partindo do pressuposto que o sujeito da razão seja movido pela lei moral e esta considerada um valor intrínseco para o ser humano, podemos ampliar nosso raciocínio e pensar nele, enquanto princípio universal, como um sujeito da paz. Aquele que não se deixa desviar por móveis subjectivos, é livre e autônomo, mantendo sua vontade e atitude guiada pelo pensamento do imperativo categórico.

“Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objectos do querer). O princípio da autonomia é portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal” (FMC, p. 90), mantendo aquela atitude moral, independentemente do ônus a que esteja submetido.

Kant, no Opúsculo: *Que significa orientar-se no pensamento?* (KANT, 2008, p. 41), usa a metáfora dos pontos cardeais para conceituar o que entende por orientar-se (no pensamento). Orientar-se significa: a partir de uma determinada região cósmica (uma das quatro em que dividimos o horizonte – Norte, Sul, Leste e Oeste) encontrar as restantes, a saber, o *ponto inicial*. Exemplo: se o sol está num ponto do céu e sei que é meio dia, saberei, portanto, encontrar o sul, o oeste, o norte e o oriente. Mas, segundo ele, para esse fim, precisamos do sentimento de uma diferença quanto ao nosso próprio sujeito, a saber, a diferença entre um e outro lado. Diz-se sentimento porque, exteriormente, estes dois lados não apresentam na intuição nenhuma diferença notável. No entanto, não nos orientamos apenas em relação ao espaço, matematicamente, mas também, em geral nos orientamos *no pensamento*, isto é, logicamente. Em nota, Kant diz que “orientar-se no pensamento em geral significa, pois: em virtude da insuficiência dos princípios objetivos da razão, determinar-se no assentimento segundo um princípio subjetivo da mesma razão” (KANT, 2008, p. 43). Estaria a moral contida neste princípio subjetivo da razão? Aprende-se a ser moral ou este é um valor intrínseco do sujeito? De toda sorte, a conquista ou aquisição de sua própria moralidade é a meta de toda pedagogia kantiana. E, para tal, o filósofo nos propõe três conceitos: habilidade, prudência e moralidade, sendo imprescindíveis para percorrê-la. O conceito de habilidade está relacionado com a formação do carácter. Vandewalle (*Apud* PINHEIRO, 2007, p. 105) descreve habilidade como capacidade técnica de realização dos fins, prudência como sendo o momento da civilização, que permite ao homem utilizar os outros em vista de seus próprios fins, e assim de unificar seu próprio sistema de fins pessoais em vista da maior felicidade possível e oralidade: solicita a aptidão de buscar os fins conforme as leis morais, tornando-nos livres e autônomos.

A *vontade* é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e a liberdade seria a propriedade desta causalidade, pela qual ela pode ser eficiente, independentemente de causas estranhas que a *determinem*; assim como *necessidade natural* é a propriedade da causalidade de todos os seres irracionais de serem determinados à actividade pela influência de causas estranhas.

A definição da liberdade que acabamos de propor é *negativa* e portanto infecunda para conhecer a sua essência; mas dela decorre um conceito *positivo* desta mesma liberdade que é tanto mais rico e fecundo. Como o conceito de uma causalidade traz consigo o de *leis* segundo as quais, por meio de uma coisa a que chamamos causa, tem de ser posta outra coisa que se chama efeito, assim liberdade, se bem que não seja uma propriedade da vontade segundo leis naturais, não é por isso desprovida de lei, mas tem antes de uma causalidade segundo leis imutáveis, ainda que de uma espécie particular; pois de outro modo uma vontade livre seria um absurdo (FMC, p. 99 – 100).

A educação kantiana, conforme Nodari e Bresolin (2010), objetiva a liberdade. Todo processo educacional visa o desenvolvimento das faculdades que tornam o homem autônomo. A liberdade é um pré-requisito imprescindível, instigando a criança a desenvolver suas potencialidades racionais em favor do fim maior e que dá sentido a tudo mais: a moral. A liberdade moral é encontrada no cerne da sociedade, não havendo necessidade do ser humano voltar ao seu estado primitivo, em que a educação moral, enquanto fundada sobre princípios, deve ser reconhecida como tal e se constitui na última etapa do processo formativo kantiano. A educação moral não é apenas o fim de todo processo de educação, ela se constitui o fim de toda humanidade.

Ao final da terceira seção da FMC, Kant explicita:

[...], é-nos totalmente impossível a nós homens explicar como e porquê nos interessa a *universalidade da máxima como lei*, e, portanto, a moralidade. Apenas uma coisa é certa: - não é porque tenha interesse que tem validade para nós (pois isso seria heteronomia e dependência da razão prática em relação a um sentimento que lhe restaria na base, e neste caso nunca ela poderia ser moralmente legisladora), mas sim interessa porque é válida para nós como homens, pois que nasceu da nossa vontade, como inteligência, e portanto do nosso verdadeiro eu; *mas o que pertence ao simples fenômeno é necessariamente subordinado pela razão à constituição da coisa em si mesma*. [...] De resto a ideia de um mundo inteligível puro, como um conjunto de todas as inteligências, ao qual pertencemos nós mesmos como seres racionais [...], continua a ser uma ideia utilizável e lícita em vista de uma crença racional, ainda que todo o saber acabe na fronteira deste mundo, para, por meio do magnífico ideal de um reino universal dos *fins em si mesmos* (dos seres racionais), ao qual podemos pertencer como membros logo que nos conduzamos cuidadosamente segundo máximas da liberdade como se elas fossem leis da natureza, produzir em nós um vivo interesse pela lei moral (FMC, p. 120 – 3).

Para conseguirmos o máximo de nosso desenvolvimento, ou seja, a máxima de nossa capacidade moral, precisamos estar dispostos a agir e estar em acordo com as máximas vigentes pela moral, objetivando o reino dos fins.

Kant vai mostrando que o conceito de uma coisa como fim em si da natureza não é um conceito constitutivo do entendimento ou da razão. Mas ele pode ser um conceito regulativo para o juízo reflexionante, o que significa afirmar que ele pode dirigir a investigação dessa espécie de objetos na averiguação de seu princípio supremo com a ajuda de uma analogia distinta da nossa própria causalidade, de acordo com fins (NODARI, 2014, p.277).

Quando contamos com nossa capacidade pensante, isto é, com nossa razão, entender a universalidade das máximas e agir em conformidade se torna nossa segunda natureza, não deveria haver mais sofrimento por esta opção.

Conforme Kant, “A cultura moral deve fundar-se sobre máximas, não sobre a disciplina” (PED, p. 75), pois a disciplina gera apenas um hábito que desaparece com o tempo. E, o que desejamos de um homem é seu desenvolvimento pleno, enquanto ser pensante, levando-o à autonomia pessoal e se estendendo à nação. A partir de seu

entendimento, ele segue dizendo: “a moralidade é algo tão santo e sublime que não se deve rebaixá-la, nem igualá-la à disciplina” (PED, p. 76), cada uma tem papel no processo de desenvolvimento, mas a moralidade é tida o caminho para tal. No entanto, conforme sugere Jung (2008, p. 23), a disciplina prepara o terreno para a parte positiva da educação que é a instrução ou a cultura, contribuindo para libertar os seres humanos de seu estado de menoridade. A partir da disciplina, o agir sobre máximas (já referidas neste trabalho no item 3.3, quando discorreremos sobre a dimensão moral), vai constituindo a base da formação do caráter<sup>19</sup> do sujeito. Claro, se o sujeito estiver disposto a conduzir sua vida e usar sua liberdade para os bons fins. As máximas segundo Kant são, em princípio, as da escola e, mais tarde, as da humanidade (PED, p. 76). Por se tratar de máximas, ele recomenda que nenhuma transgressão às leis da escola seja minimizada e se aplique a punição de acordo com a culpa (PED, p. 76). Kant vai mais longe, afirma que quem não se propõe a obedecer certas regras, não inspira confiança, dificultando inclusive a forma de convivência como os demais, uma vez que estes não sabem como comportar-se frente àquele. Isso, no futuro, poderá levar o sujeito ao descumprimento de outras regras que lhe acarretem consequências danosas ao seu convívio social. E, uma pessoa que não se relaciona de forma adequada com as demais, acaba por ser desconsiderado. Frequentemente, acaba recebendo até punições injustamente por agir segundo certas regras, devido a tais atitudes serem consideradas meticulosidades. No entanto, deveriam ser tratadas como disposição favorável do caráter (PED, p. 77).

Da mesma forma, poderiam ser consideradas boas disposições: a alegria, o bom humor, o tratamento humanitário para outrem, o respeito pelo sexo oposto e suas peculiaridades, a consciência da igualdade entre os homens apesar da desigualdade da ordem social e sua autovalorização, especialmente de sua estima. Para Kant, “A alegria do coração deriva da consciência tranquila, da igualdade de humor” (PED, p. 106), sem oscilações decorrentes de qualquer frustração. Diz Ele, ainda: “É necessário acostumar o jovem a se estimar absolutamente e não relativamente aos outros. A estima dos outros, em tudo aquilo que não constitui de fato o valor do ser humano, é vaidade. É preciso, além disso, ensinar ao adolescente [...], não tanto aparecer, mas em ser” (PED, p. 105), mostrar sua verdadeira essência, aquela de sujeito autônomo, que faz o melhor uso público e privado de sua razão, em prol do interesse da comunidade no seu maior âmbito (Nação).

Apesar das injustiças por ventura sofridas, próprias dos percalços do processo de moralização, o ser humano ciente delas, deve se manter firme, por entendê-la força a priori,

---

<sup>19</sup> Caráter: “consiste no hábito de agir segundo certas máximas” (PED, p. 76).

caminhando na certeza de que seus passos vão ao encontro do estado cosmopolita universal, em busca da construção de uma sociedade de nações, com vistas à paz perpétua. A paz exigirá do sujeito sabedoria quando manifestar suas convicções pessoais (uso público da razão), e quando deverá privar o público em nome do próprio interesse público (uso privado da razão). “Chamo uso privado àquele que alguém pode fazer uso da sua razão num certo cargo público ou função a ele confiado” (RES, p.12), e deverá saber guardar as restrições que tal exige. Em contrapartida, “o uso público da própria razão deve ser sempre livre e só ele pode levar a cabo a ilustração” (RES, p.12), ou seja. Se no privado não devo manifestar-me pois assim minha função não permite, no público, tenho o direito e o dever da manifestação, desde que esteja coerente com minhas obrigações.

O sujeito autônomo saberá quando fazer uso público e quando fazer uso privado da razão. A educação é o caminho a ser apresentado com Kant para a construção desse esclarecimento numa sociedade. E, portanto, a educação é condição para a paz.

#### 4.2 POR UM PROJETO EDUCACIONAL DE PAZ PERPÉTUA

A paz perpétua tem seu primeiro movimento no sujeito autônomo. Portanto, um projeto educacional com vistas à paz perpétua, necessariamente precisa estar alicerçado em tal premissa, de modo a contemplar o processo de amadurecimento deste sujeito, proporcionando as condições para sua independização, conduzindo-o à autonomia. Lembrando, conforme já mencionamos no início deste capítulo, a autonomia como fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional (cf. FMC, p. 84), sem a qual não haveria possibilidade de desenvolvimento e emancipação por parte deste sujeito. Tão pouco sem o esclarecimento haveria entendimento suficiente da necessidade de mecanismos seguros que garantissem como fim último, a permanência da paz entre os povos, na busca da Sociedade das Nações.

A história revela-se como a possível configuração do mundo fenomenal pela razão, pela lei moral. Noutras palavras, o reino dos fins enquanto unidade última de todos os seres racionais, como frisa Kant na terceira seção da FMC, é um reino de liberdade, pertence ao mundo inteligível. E, para Kant, é o conceito de *finalidade* que realiza a mediação entre liberdade e natureza, entre a teoria e a prática, entre necessidade e liberdade. Ora, o fim último da natureza é o homem enquanto ser racional e moral (Nodari, 2014, p. 257 - 8).

Agindo em consonância com sua razão e, esta de acordo com a máxima moral, o homem estará contribuindo para a concretização do estado da paz.

Kant, em seus *Artigos definitivos da paz perpetua entre os Estados*, afirma:

A paz entre homens que vivem juntos, não é um estado de natureza – *status naturalis* -, o estado de natureza, propriamente, é a guerra; é um estado onde, ainda que as hostilidades não hajam sido rompidas, existe a constante ameaça de rompelas. Portanto, a paz é algo que precisa ser “instaurado”; abster-se de romper as hostilidades não basta para assegurar a paz, e se os que vivem juntos não lhe facultaram muitas seguranças – coisa que só no “estado” civil pôde acontecer – caberá a cada um delles, havendo requerido previamente ao outro, considerá-lo e tratá-lo, negando-se, como um inimigo (APP, p. 45 - 6).

Quando o homem deixar de pensar apenas em si e pensar mais na coletividade, talvez entenda a necessidade do investimento na construção de uma sociedade que realmente trabalhe unida pela possibilidade da paz no mundo. Para tanto, conforme Kant, o homem deverá buscar sua totalidade, seu fim supremo, ou seja sua moralidade, sua liberdade e, esta só ocorrerá através da educação. Conforme sugere Pinheiro:

Então, a educação é, ela mesma, possibilitadora do esclarecimento e do progresso do homem. Mesmo sabendo que apenas a humanidade é o objetivo final desse caminho, Kant não cansa de mostrar que devemos nos transportar para a condição de espécie, pois apenas assim uma efetivação de uma sociedade, tal como um reino dos fins, será possível. Para tanto, há a necessidade de um modelo de homem, de um homem ideal. A educação, pois, se ocupa desse homem ideal, representação de toda a humanidade. E esse homem ideal aproxima as finalidades ética e política. Por meio dele, os distintos âmbitos podem agora se reunificar. A educação proporciona a ponte que liga o sensível com o inteligível, o fenômeno ao número, a natureza à liberdade. Em uma palavra, a educação reunifica o homem naquilo que ele possui de mais essencial, sua racionalidade (PINHEIRO, 2007, p. 156).

Embora saibamos que a escolarização não garante a moralidade do sujeito, ainda assim, pensamos ser somente por meio dela que a saída da menoridade torna-se possível. É através do processo educativo que caminharemos para a formação do sujeito moral integral, atingindo, desta forma, a maturidade necessária para ações que garantam um agir sob as máximas do bem comum, de forma a alcançarmos a Sociedade das Nações.

#### **4.2.1 - Paz: um conceito político e social**

Embora Kant não tenha sido o único precursor das ideias pacifistas dotadas de cunho político e social, é destacada sua contribuição para desvincular os estudos do referido tema ~~dos meios para alcançar a paz~~ de concepções teológicas sobre a paz. Nesse sentido a paz assume um caráter político tanto no âmbito de uma nação, quanto nas relações entre as nações. Kant tinha o entendimento de que falar em paz tanto tem alcance sobre o sujeito e sua consciência, quanto tem alcance sobre o direito e as instituições.

Afirma Rohden, ao referir-se a Klingner em seu capítulo Virgílio e a ideia romana da paz:

o termo paz significa primeiro o estabelecimento de um acordo entre parceiros que se encontravam antes da guerra. A paz pertence pois à ordem jurídica e às relações ordenadas entre eles. Como uma relação de contrato criada entre parceiros, distingue-se do grego “eirene”, que significa estado de paz, prosperidade e bem-estar, sem levar em conta que se trata de um estado acordado, criado e ordenado pelos homens. Esse conceito revela pois o senso jurídico do povo romano, com sua capacidade de ordenar juridicamente a vida (ROHDEN, 1997, p. 233).

Desde os primórdios já se falava na necessidade de acordos para a instauração da paz. No entanto, ainda buscamos aquele acordo que, definitivamente, cesse com as guerras e não haja nenhuma possibilidade de que o contrário retorne.

Como bem coloca Nour, no seu texto intitulado *movimento da “paz pelo direito”*,

As idéias pacifistas desenvolveram-se vinculadas a doutrinas ético-religiosas [...]. Este vínculo religioso da idéia da paz foi mantido nas diversas seitas da Idade Média. Houve, contudo, uma considerável mudança no século XIX. Nos séculos XVII e XVIII, a maioria das associações pacifistas era religiosa. No final do século XVIII, contudo, a religião perde seu papel de legitimação: o pacifismo passa a se preocupar com questões políticas e sociais (NOUR, 2004, p. 109).

O cenário a que são expostas as pessoas quando se vive em um contexto de guerra é desolador. As pessoas interessadas em cessar com tal contexto unem-se e criam uma sociedade pacifista, representando o continente europeu, neste primeiro momento. A autora segue discorrendo para que saibamos como esse movimento se efetiva e quais são seus objetivos:

Em 1830 é fundada em Genebra a primeira sociedade pacifista no continente europeu, a “*Société de la Paix de Genève*”. O primeiro parágrafo do estatuto da sociedade determina como objetivo esclarecer a opinião pública sobre o mal da guerra e sobre os melhores meios para obter uma paz geral e duradoura (NOUR, 2004, p. 110).

Pensou-se várias ações como estratégias para divulgar as ideias pacificadoras e foi a partir de artigos divulgados nas revistas de circulação: nacionais e internacionais e das associações em rede que tal movimento ganhou o mundo: “[...] Os efeitos são, principalmente, a formação de uma autêntica rede de pacifismo europeu e a troca de ideias resultantes dessa rede [...], é cada vez mais empreendida nas organizações não-religiosas” (NOUR, 2004, p. 110). Conforme Nour (2004, p. 110 - 1), o mundo se engaja na luta pela Paz, ocorrendo em Londres, no ano de 1843, o primeiro Congresso Internacional da Paz, onde participaram 324 delegados da Europa e da América do Norte e a prática passa a ser mais pragmática: pluralista e expansionista. “O movimento pacifista ligou-se, na busca de seus próprios princípios, ao direito internacional e a seus teóricos, principalmente Grotius e Kant” (NOUR, 2004, p. 111), para divulgar um novo conceito de paz, desvinculado dos aspectos religiosos, até então atrelados.

#### 4.2.2 - A relação necessária entre educação e paz

O homem não nasce moral, tampouco a escolarização lhe garante tal condição. O princípio da vontade talvez seja o único a lhe garantir esta conquista, a qual necessariamente se dá a partir de sua consciência. No entanto, Kant reivindica a humanidade quando sentencia: “O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos” (PED, p. 15), por isso é necessário fazer um investimento em nossa própria formação para que nos tornemos ótimos mestres e homens de boa vontade. “Por ‘boa vontade’ Kant entende aquela vontade que não está determinada por atitude alguma e por cálculo interessado algum, mas somente pelo respeito ao dever” (BOBBIO, 2000, p. 87), devendo ser por ele guiadas nossas atitudes.

Bobbio nos remete aos três requisitos fundamentais da ação moral kantiana:

- 1) ação moral é a que é realizada não para obedecer a uma certa atitude sensível, a um certo interesse material, mas *somente para obedecer à lei do dever*. Kant dá o exemplo do comerciante que não abusa do cliente ingênuo: se ele age assim, não porque esse seja seu dever, mas unicamente porque seja de seu próprio interesse, a sua ação não é moral;
- 2) ação moral é aquela que é cumprida não por um fim, *mas somente pela máxima que a determina*. Em outras palavras, a ação moral não deve ser determinada por um objeto qualquer da nossa faculdade de desejar (por exemplo, pelo fim da felicidade, ou da saúde, ou do bem-estar), mas unicamente pelo *princípio da vontade*;
- 3) a ação moral é aquela que não é movida por outra inclinação a não ser o *respeito à lei*. Na conduta moral, cada impulso subjetivo deve ser excluído; o único impulso subjetivo compatível com a moralidade é o sentido de respeito à lei moral, que deve vencer qualquer outra inclinação.  
Em conclusão, é possível dizer de maneira sintética que, para que uma ação seja moral não é suficiente, segundo Kant, que seja coerente com o dever; é necessário que seja também cumprida pelo dever (BOBBIO 2000, p. 87 - 8).

O dever do educador é agir, de acordo com seus conhecimentos, conforme pensa ser o melhor para seus aprendizes. Bem como sua atitude para consigo mesmo deve estar pautada no princípio do crescimento e aperfeiçoamento pessoal constante, em consonância com sua razão.

Como bem nos lembra Paulo Freire, em sua *Pedagogia da autonomia*, o formador é também sujeito da produção do seu saber, ele não transfere conhecimentos através de seu ensinar, ele deve ser o agente que cria possibilidades para sua produção e construção (FREIRE, 1996, p. 22). Assim, não só o educador mas o educando têm papel fundamental em sua própria formação, buscando ações reflexivas a partir de seus investimentos pessoais, tornando-se cada vez mais hábeis na tarefa de sua autoeducação. Não deve ser tarefa fácil

tornar-se culto e hábil na sua própria educação. Certamente será com muito investimento pessoal e determinação que tal intento deverá ser alcançado. A paz acontece em condições favoráveis, assim como a educação de qualidade também precisa de um espaço adequado para se efetivar em sua plenitude e, se o ambiente da escola não é favorável, precisamos encontrar alternativas de transformá-lo. Certamente, o pensamento dominante contribui muito para a formação da atmosfera do espaço que ocupam. E como proporcionar esta atmosfera no ambiente escolar, local onde se pensa iniciar tal vivência sadia? A reflexão se dá na consciência da pessoa em particular (discentes, docentes, gestores, enfim de toda a comunidade escolar), que tem o poder de contribuir positivamente para a melhoria de seu próprio ambiente interno, mas também, contagiando quem está ao seu redor. Então, nosso compromisso é muito sério e passa pela tomada de consciência deste ‘poder’. Para tanto, precisamos exercitar o que Cenci (2007, p. 45), lembrando Kant, propõe como máximas do saber pensar: pensar por si próprio, pensar livre dos preconceitos e das superstições, isto é, de forma esclarecida e liberta; pensar com a capacidade de colocar-se no lugar de qualquer outra pessoa. Pensar levando em consideração tais máximas<sup>20</sup> configura-se na capacidade de refletir sobre seu juízo, a partir de um ponto de vista universal e, pensar em conformidade com sua consciência diz respeito a pensar de maneira consequente. Assim o é também quando falamos nos vícios, por exemplo. Quem entra na droga hoje certamente já ouviu falar nas consequências do seu uso. Certamente teve acesso ao conhecimento que lhe possibilita discernir entre usar ou não, isto é, está de posse da informação. No entanto, ainda não tem consciência plena dos malefícios e, por isso se deixa envolver. Provavelmente pelo fato deste conhecimento não ter sido consolidado como uma máxima em seu íntimo, o homem ainda se deixa iludir pelas promessas dos prazeres que a droga pode produzir. Talvez esse móbil, como princípio subjetivo da vontade, (cf. BELTRAMI 2013, p. 08) seja mais forte que a própria razão na pessoa naquele seu momento de vida. Mas aqui, Kant fala de outros vícios. Antes, porém, de falar desses vícios, vale a pena também pensarmos no consumo da droga como um apetite de ordem material:

Todos os apetites humanos são ou formais (liberdade e poder), ou materiais (relativos a um objeto), como desejos de adulação ou de prazer; ou finalmente, dizem respeito à simples duração dessas duas coisas, como elementos da felicidade.

---

<sup>20</sup> Já referenciada no Cap. 2, item 2.3 – Dimensão moral. Ampliando: Máxima é o princípio subjetivo da ação e tem de se distinguir do *princípio objetivo*, quer dizer da lei prática. Aquela contém a regra prática que determina a razão em conformidade com as condições do sujeito (muitas vezes em conformidade com a ignorância ou as suas inclinações), e é portanto o princípio segundo o qual o sujeito age; a lei, porém, é o princípio objetivo, válido para todo o ser racional, princípio segundo o qual ele deve agir, quer dizer um imperativo (Nota de Kant.)(FMC, p. 61).

São apetites da primeira espécie: a ambição das honras, do poder e das riquezas. Pertencem à segunda espécie os apetites: do prazer sexual (volúpia), do gozo material (bem-estar material) e do gozo social (gosto do entretenimento). São, enfim, desejos de terceira espécie: o amor à vida, à saúde, à comodidade (estar livre de preocupações no futuro).

Os vícios são: ou os da malignidade, ou os da baixeza, ou os da estreiteza de ânimo. À primeira espécie pertencem a inveja, a ingratidão e a alegria pela desgraça alheia. À segunda, a injustiça, a infidelidade (falsidade), a incontinência, tanto na dissipação dos próprios bens como na da própria saúde (intemperança) e da própria reputação. À terceira, a dureza de coração, a avareza e a preguiça.

As virtudes são: ou de puro *mérito*, ou de *estrita obrigação*, ou de *inocência*. A primeira classe compreende: a magnanimidade (que consiste no conter-se, seja na cólera, seja no amor da comodidade e das riquezas), a beneficência e o domínio de si mesmo. Pertencem, enfim, à terceira classe: a honradez, a modéstia e a temperança. (PED, p. 94 - 5).

Quando suas virtudes deixam as aparências para se tornarem efetivas, podendo pertencer a uma das três classes da virtude mencionadas por Kant, quer seja as de puro mérito, as de estrita obrigação ou as que se refere à inocência, onde prevaleçam: a magnanimidade, a beneficência, o domínio de si mesmo, a lealdade, a decência, a pacificidade, a honradez, a modéstia e a temperança (cf. PED, p. 95), o sujeito já tem condições de assumir sua maioridade. Para tanto, seus mestres devem ser os primeiros a praticar tais preceitos. Todo educador que cultiva para si e para a Instituição à qual representa o desejo de um processo educativo que promova a iniciativa, a criatividade e a reflexão do aluno, estará promovendo um ambiente pacificador e fomentador de transformação. Sua responsabilidade em manter as bases dessa proposta bem alicerçadas é o que se espera de todo educador comprometido com a causa da educação e da autonomia do sujeito. A filosofia kantiana afirma que a instrução da criança deva conduzi-la para a moralização na busca de uma sociedade mais justa e pacifista. Mas como garantir esta sociedade quando o ser humano ainda não tem consolidada sua própria razão? Acredita-se que ir ao encontro da razão alicerçará o homem e converterá toda sua tendenciosidade em autonomia, levando-o à construção de um mundo mais justo e, quem sabe, onde a paz seja realmente soberana, perpetua, conquistando o mundo inteiro.

A escola poderá desempenhar em parte este papel, mas a consolidação acontecerá no nicho primário de sua evolução, ou seja, no seio de sua família.

Kant afirma:

os primeiros genitores dão a seus filhos um primeiro exemplo; estes o imitam e assim se desenvolvem algumas disposições naturais. [...] É certo igualmente que os indivíduos, ao educarem seus filhos, não poderão jamais fazer que estes cheguem a atingir a sua destinação. Essa finalidade, pois, não pode ser atingida pelo homem singular, mas unicamente pela espécie humana (PED, p. 18 – 9).

Quando escola e família andarem juntas, na construção deste tão esperado mundo harmonioso e justo, talvez consigamos estar mais próximos do Estado ideal – e da tão

desejada Sociedade das Nações<sup>21</sup> idealizada por Kant - explicitada na obra *À paz perpétua - civitas gentium* (aquela que conterà todos os povos da terra) (KANT, [19..]<sup>22</sup>, p. 68), em que as leis sejam da mesma forma justas.

O estado de paz só será alcançado em nossa sociedade, quando for um desejo de vários segmentos da sociedade, da família até o governo (Estado), onde o engajamento atinja todo o país. E, caso desejemos a paz mundial, o engajamento deve tomar a dimensão correspondente, onde os interesses coletivos estejam acima e soberanamente além dos indivíduos, passando direitos e deveres ao plano da universalidade. Pinheiro complementa uma passagem de Kant:

[...] sair do estado de natureza é, pois, sair do estado de anarquia e selvageria, para ir ao encontro do direito e seguir o caminho que leva à fundação de uma sociedade de nações. Tal seria o fim mais elevado, uma sociedade em que reinasse uma justiça igualitária e distributiva, e a liberdade de cada indivíduo se expandisse para uma liberdade de nações, sempre sobre regras, mas regras que são leis autônomas, portanto, morais (PINHEIRO, 2007, p. 69).

Tal Sociedade não se funda sem uma hierarquização de etapas e bases bem definidas.

Kant esclarece quais características este Estado necessita ter:

Um Estado não é – como, por exemplo, o “solo” que ocupa – um haver, um patrimônio. É, sim uma sociedade de homens sobre a qual ninguém, senão ella própria, póde mandar ou dispor. Como um trono, tem elle as suas raízes próprias; portanto, incorporal-o a outro Estado, enxertando-o, por assim dizer, nelle, equivale a annullar a sua existência como pessoa moral, fazendo desta pessoa cousa bem diversa, inexpressiva (APP, p. 29).

Não construiremos esta nação sem pensarmos na educação daqueles que dela usufruirão - as crianças.

Mencionam Nodari e Bragagnolo a importância do adulto ter cuidado na forma como interfere no processo de emancipação da criança: “O adulto é quem interfere no processo de emancipação da criança, para assim não alterar as destinações do fio condutor que guia a natureza para um fim (NODARI e BRAGAGNOLO, 2013, p. 5), supondo ser este adulto um verdadeiro guia, com propriedade nos seus ensinamentos. Os referidos autores seguem

---

<sup>21</sup> Sociedade de Nações: “Todo Estado póde e deve afirmar a sua própria estabilidade, suggerindo aos demais para que entrem a formar com elle uma espécie de constituição, semelhante á constituição política, que garanta o direito de cada um. Isto seria uma Sociedade de Nações, á qual, comtudo, não deverá ser um Estado de Nações “[...] todo Estado implica na relação de um superior – o que legisla – para com um inferior – o que obedece, o povo-; muitos povos, reunidos em um Estado teriam que ser um só povo, o que contradiz essa hypothese; [...] devemos considerar aqui o direito dos povos, uns em relação a outros precisamente enquanto constituem diferentes Estados, não devendo fundir-se num só” (KANT, [19..], p. 61 - 2).

<sup>22</sup> Quando utilizarmos a data [19...], leia-se o texto de Kant correspondente à obra *À paz perpétua*.

discorrendo a respeito da destinação do ser humano para este fio condutor, citando a obra de Kant *Idee*<sup>23</sup>.

Não conquistaremos a paz universal se esta não estiver solidificada dentro de cada sujeito, mesmo que a natureza assim designe:

A garantia da paz perpetua designamol-a como nada menos do que esse grande artista chamado natureza – *natura daedala rerum* -. Em seu curso mecanico intuimos visivelmente determinada finalidade, que introduz nas dissensões humanas, ainda que contra a vontade do homem, harmonia e concórdia (APP, p. 85).

A natureza previu disposições provisórias como garantia da paz perpétua, e só depois de uma paz solidamente assentada é que ela se efetivará, a partir de um sujeito ético:

As disposições provisórias da natureza consistem: primeira: cuidou ella que os homens possam viver em todas as partes do mundo, segunda; distribui-os, por meio da guerra, em todas as regiões, mesmo nas mais inhospitas, para que as povoem e habitem e terceira: por meio da própria guerra, obrigou os homens a entrar em relações mutuas mais ou menos legaes (APP, p. 85-6).

As adversidades previstas pela natureza para que o homem dê conta das diferenças serão dirimidas no exercício de sua ética, assim conquistando a paz perpétua.

Como Guzmán (2009), em seu artigo *La filosofia para la paz como racionalidad práctica* nos propõe uma reflexão ao contexto do presente, a partir do ocorrido em 11 de setembro de 2001, onde uma das fortalezas do primeiro mundo (*As Torres Gêmeas do World Trade Center, New York City*), aparentemente inabalável, foi ao chão, propomos uma reflexão a respeito dos abalos aos quais estamos nos deparando em relação à Instituição Escola.

Diríamos que ainda não houve a implosão total, mas as ruínas se acumulam no que resta das que ainda conseguem manter - se em pé. A ruína perpassa desde as bases, teoricamente mais sólidas, fazendo uma analogia com o computador, ao hardware, até seu componente mais frágil, o software. Os componentes dessa engrenagem chamada escola estão se perdendo pelo caminho e com eles muitos dos que acreditavam ainda ser possível seu conserto. A questão é que os técnicos para tais máquinas estão ficando, também, obsoletos. Alguns já desistiram de tentar acompanhar as inovações. Não enxergam para adentrar

---

<sup>23</sup> Apenas citaremos tal obra para que o leitor possa ampliar seu entendimento. Não a referiremos em nossa bibliografia pois há que se delimitar a escrita devido ao que nos propomos no presente trabalho (Fonte da obra citada: KANT, Immanuel. *Ideia de uma historia universal do ponto de vista cosmopolita*. 2 ed. São Paulo. M. Fontes, 2003).

componentes tão minúsculos. Outros sequer são permitidos ter acesso. São praticamente descartáveis: deu problema, joga-se fora.

Esse cenário faz lembrar os escritos do sociólogo polonês, Bauman (*In: PRADO, 2010*) sobre os tempos líquidos, onde nada mais é feito para durar, inclusive os relacionamentos tornaram-se frágeis demais e raramente subsistem ao tempo. Talvez ainda não tenhamos nos dado conta que a medicina está à direção contrária. Cada vez melhor aparelhada e com tecnologias de ponta nos vira ao avesso, aceleram as pesquisas para que novas drogas possam ser testadas e rapidamente ampliamos nossa vida útil, nosso país é mais longo.

Parece haver uma contradição em relação a estes extremos. Esse homem que bravamente ainda resiste a toda esta parafernália tecnológica, não sabe muito bem onde se situa, tanto em relação a ele próprio quanto a seus pares. Especialmente em relação aos da nova geração, houve um distanciamento tal que não sabemos ao certo em que medida há de fato alguma possibilidade de efetiva comunicação.

A fragilidade dos relacionamentos, a banalização da vida, a falta de respeito entre as pessoas (intergeracional), está dificultando e muito essa engrenagem ser posta novamente nos trilhos, se é que haverá trilhos sob os quais ainda possam deslizar sem que haja estranhamentos.

Enfim, buscamos algumas figuras de linguagem para expressar o quanto o sujeito perdeu de sua humanidade, e anunciar que, talvez, haja uma luz no fim do túnel. Talvez possamos resgatar essa sua essência e fazê-lo perceber que há como se tornar útil para a humanidade, especialmente em relação à sua própria identidade. Podemos, através de nossa própria vontade desejar fazer e conquistar o mundo idealizado, senão exatamente aos moldes kantianos mas, quem sabe, uma Sociedade das Nações atualizada, com sujeitos pensantes e autônomos, portanto livres, que abandonem a comodidade da heteronomia e assumam, de fato o protagonismo de suas vidas, desejando e trabalhando arduamente por um mundo de Paz.

Dessa maneira, haveria chance do Estado Mundial constituir-se universalmente e permanentemente em um Estado perpétuo de Paz.

### 4.3 ARTIGOS DEFINITIVOS DE UM TRATADO DE PAZ PERPÉTUA

Em sabendo dos artigos preliminares e das disposições provisórias da natureza, resta-nos saber quais são os artigos definitivos para que a paz perpétua efetive-se.

Kant propõe como artigos definitivos de um tratado de paz perpétua: primeiro uma constituição política republicana:

A constituição cujos fundamentos são os seguintes: 1º) – principio da “liberdade” dos membros de uma sociedade – como homens – 2º) – principio da “dependencia” em que todos se encontram em relação a uma única legislação *commum* – como subditos -; 3º) – principio da “igualdade” de todos – como cidadãos -, é a única constituição que emana da idéa do *contracto originário*, sobre o qual deve fundar-se toda a legislação de um povo. Semelhante constituição é a “republicana”. Esta é, pois, no que se refere ao direito, a que serve de base primitiva a todas as espécies de constituições políticas. Póde-se perguntar: é por acaso também a única que conduz á paz perpetua? A constituição republicana, além da pureza de sua origem, que emana da *crystallina* fonte do conceito de direito, tem a vantagem de ser a mais propicia para chegar ao fim *collimado* – a paz perpetua (APP, p. 49 - 50).

Kant explicita as razões pelas quais tal constituição, a republicana, seja aquela que possa conduzir o homem à paz perpétua:

Eis aqui os motivos disso: Na constituição republicana, deve aparecer necessariamente o consentimento dos cidadãos para declarar a guerra. Nada mais natural que elles devem soffrer as consequências da guerra – como sejam os combates, as despesas, a devatação, o peso desolador da divida publica, que passa para os tempos de paz - , que pensem muito e vacillem antes de decidirem-se a um jogo tão arriscado (APP, p. 51).

O segundo artigo definitivo para que se estabeleça a conquista da paz perpétua: o direito das gentes assentado numa federação de Estados livres:

Deve-se, pois estabelecer uma federação de typo especial que poderia denominar-se federação da paz – *foedus pacificum* –, a qual se distingue do tratado de paz – *pactum pacis* –, no facto de que este acaba com a guerra e aquella põe termo a toda guerra. Esta federação não se propõe adquirir nenhum poder proprio do Estado, mas simplesmente manter e assegurar a liberdade de um Estado em si mesmo, e tambem a dos demais Estados federados, sem que estes por isso tenham de submeter-se – como os indivíduos em estado de natureza – a leis políticas e a uma coacção legal. A possibilidade de levar a termo esta idéa – sua objectiva realidade -, de uma federação que se distenda pouco a pouco a todos os Estados e conduza, em último termo, á paz perpétua (APP, p. 66).

Para o filósofo a paz perpétua só se efetivará quando povo tiver liberdade para dizer: “não quero que haja guerra entre nós; vamos constituir-nos em um Estado; isto é, submeter-nos-emos todos a um poder supremo que *legisle, governe e derima* em paz as nossas divergências” (APP, p. 67).

Nodari, ao referir-se ao direito cosmopolita, cita a *Metafísica dos costumes* de Kant:

Pode-se afirmar que estabelecer a paz universal e duradoura constitui não apenas uma parte da doutrina do direito, mas todo o propósito final da doutrina do direito dentro dos limites exclusivos da razão, pois a condição de paz é a única condição na qual o que é meu e o que é teu estão assegurados sob as leis a uma multidão de seres humanos que vivem próximos uns dos outros e, portanto, submetidos a uma constituição (MC, §62, p. 197) (Kant Apud Nodari, 2014, p. 182).

**Buscamos a paz como culminância de nossa autonomia. Para tal:**

A busca da paz como fim moral do direito e da política significa a sua busca pela compatibilidade intrínseca com os direitos humanos que só por ela encontram a possibilidade de realizar-se. A aproximação contínua à paz perpétua é um “dever, por conseguinte uma tarefa fundada sobre o direito dos seres humanos e Estados” (ROHDEN, 1997, p. 235).

Nosso dever enquanto cidadãos é o de tomar conhecimento e contribuir para que tais direitos sejam garantidos e efetivados entre os sujeitos e seus representantes legais, os Estados no sentido de nos aproximarmos cada vez mais da paz perpétua.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa teve por objetivo, a partir das abordagens do pensamento pedagógico do filósofo Immanuel Kant, relacionar o tema da educação e da paz com o contexto da educação formal atual, no sentido de verificar sua aplicabilidade e compatibilidade no referido contexto. Sendo assim, a pretensão com tal pesquisa é poder contribuir reflexivamente, mostrando à comunidade pensante e educacional seu papel enquanto coparticipante na construção de um novo Estado, com vistas à sociedade da paz.

É possível construir uma proposta positiva ao nosso problema de pesquisa (“sujeito e escola podem construir disciplinadamente um processo de autonomia moral que conduza à Paz?”), à medida que pudemos (re) construir o percurso utilizado pela pedagogia kantiana. Concluimos que a pertinência do referido estudo baseia-se na compreensão de que a concepção pedagógica da educação e da paz no referencial kantiano poderá contribuir, propondo alguma reformulação dos processos pedagógicos na atualidade. Da mesma forma, sua importância é vislumbrada na construção de espaços formativos onde a abordagem da educação e da paz sejam convergentes.

Ao longo da pesquisa, demonstrou-se uma diversidade de abordagens a partir do pensamento pedagógico kantiano no sentido de fazer as aproximações com o contexto da atualidade e dele subtrair situações em que houvesse melhor adequação com o referido tema. Sendo a educação moral a base de qualquer processo de desenvolvimento sustentável de maturidade do sujeito, tem-se que sua conquista, conseqüentemente, também ocorrerá aos moldes de um processo contínuo, não bastando para tal o indivíduo apenas estar frequentando os bancos escolares, embora seja um espaço social, ideal para o exercício de sua cidadania e moralidade. Aliás, a educação formal não é garantia de desenvolvimento moral. Um processo de conquista da maioria, ao que se propõe a pedagogia de Kant, envolve dedicação e esforço e pode acontecer durante todo o ciclo da existência, uma vez que o sujeito é dotado do livre arbítrio. A iniciativa só depende de sua boa vontade. A disciplina e o esclarecimento são elementos importantes, servindo de base para que este sujeito esclarecido construa sua própria autonomia e tenha subsídios para esclarecer também a outrem. No coletivo, sociedade à qual pertence o sujeito, formando um possível Estado livre, de cidadãos igualmente livres.

Didaticamente localizada no veio da razão prática, daí surgem os pressupostos da educação, a partir dos quais deve se formar este sujeito, nascido com predisponentes para a moral. Através de seus próprios recursos internos, o homem vai ao encontro de sua dignidade, desvencilhando-se da condição de heteronomia, a qual lhe prende à menoridade, conferindo-

lhe oportunidade para galgar os patamares mais elevados da autonomia, atingindo a maioridade. A educação pode ser encarada, aos moldes de uma ferramenta, à mola propulsora para que o sujeito alcance sua maioridade, quem sabe, a liberdade digna, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades e descubra sua humanidade.

Por acreditar na razão como a principal marca distintiva entre os seres humanos e os irracionais, Kant propõe seu desenvolvimento por meio dos processos formativos, lançando mão de seus semelhantes, aqueles considerados mais desenvolvidos, para ministrar tais ensinamentos. O autor acredita ser a partir dos ensinamentos de uma geração para outra que a educação vai sendo lapidada e os sujeitos assimilando os conhecimentos adquiridos, sucessivamente. Para Kant, o que nos torna dignos é nossa moralidade e só a alcançaremos através de uma boa educação, com disciplinamento e vigilância constante, baseada em máximas a priori. Assim, quem sabe, o ser humano constitua-se como tal e chegue ao propósito maior desta escalada, formar uma grande teia de abrangência universal, em torno da construção do Estado das Nações e cheguemos um dia ao desejado Estado Mundial, onde a paz realmente seja perpétua e sua permanência não dependa de nenhum acordo posterior entre as Nações.

Pensamos estar na formação dos professores um dos obstáculos bem importantes à implantação de uma proposta pedagógica aos moldes kantianos em nosso país, uma vez não percebemos vontade política para mudanças na educação, tão pouco professores motivados para tal. Ao contrário, ouvimos em nossa prática diária, através de relato de colegas uma fala de insatisfação em função da falta de condições no local de trabalho, da baixa remuneração, da falta de disciplina e respeito dos alunos para com eles. Enfim, são várias questões na atualidade, como a falta de segurança, em que alunos vêm armados para a escola que desestimulam os professores a investir e acreditar na educação. Então, a pergunta que fica: como esperar que esta proposta pedagógica seja implantada na escola de hoje, com todas as contingências pelas quais enfrenta? Como esperar que esse professor desacreditado na justiça, na razão, na autonomia e no agir moral possa ser responsabilizado por esta árdua tarefa, como já previu Kant, transmitindo tais valores a seus discentes? Parece não haver outra estratégia a não ser no investimento na formação e construção deste professor dotado das capacidades e habilidades previstas na pedagogia kantiana.

A grande questão em relação a esse possível investimento é, antes de mais nada, ter clareza das implicações de tais mudanças não só na escola mas, no contexto no qual tais indivíduos estiverem inseridos. Como os tempos se modernizaram, da mesma forma os recursos de comunicação com suas estratégias midiáticas eficazes poderão ser pensados como

forma de divulgar essa possibilidade e promover ações, se necessário for, aos moldes dos movimentos do início século XIX na Europa, para aqueles que acreditam ser pela educação um dos caminhos de conquista de nossa maioria.

Portanto, tendo em vista o cenário macro (político) e micro (a escola), cabe-nos investir em ações pontuais, dentro das nossas possibilidades e com os recursos que dispusermos. Ou seja, podemos implementar novas ações pedagógicas contemplando tais valores e, gradativamente, a partir da edificação e consolidação destes, formando massa crítica que implemente ações tendo em vista a autonomia do pensamento e a formação de novos sujeitos morais que sejam os verdadeiros perpetuadores da paz em toda sua manifestação enquanto cidadãos.

Nossa limitação é uma realidade, cabe aceitá-la. No entanto, sabemos também que são iniciativas como esta, aparentemente singela, da escrita de uma pesquisa, por exemplo, que poderá contaminar, na melhor acepção da palavra, o pensamento de outros pesquisadores, ditos até como idealistas por alguns e, juntos, construímos uma nova pedagogia, contemplando os valores da maioria e da moralidade para a transformação de nossa sociedade, com vistas à Sociedade das Nações, onde se respira a Paz.

Em virtude do exíguo tempo e das restrições impostas pelo presente trabalho, não foi possível ampliar a abordagem sobre as possibilidades de uma educação aos moldes kantianos na atualidade. Posteriormente, quem sabe, nos debruçemos a estudá-la ou este trabalho possa servir de base para o estudo de outros colegas simpáticos ao tema. Afirmamos ainda, que o ideal pedagógico do filósofo, comprometido com esta ideia de humanidade perfeita, em que o rigor do agir em bases racionais, na busca desse sujeito moral e autônomo, exige atenção a cada uma das etapas propostas em seu desenvolvimento para o estudante, bem como na formação dos educadores daquele.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Traduzido por Alfredo Bosi. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

BAPTISTA, Marlon. *Kant e os fundamentos da pedagogia moderna*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0051.html>> Acesso em: 04 jul. 2014.

BELTRAMI, Fábio. *O interesse pela lei moral nos escritos éticos kantianos*. Caxias do Sul: UCS, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/jspui/11338/459/1/Dissertacao%20Fabio%20Beltrami.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2014.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Traduzido por Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. 2 ed. Traduzido por Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000.

BUENO, Vera C. de Andrade. Kant e a educação. In OLIVEIRA, Paulo Eduardo.de (org.). *Filosofia e educação: aproximações e convergências*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012. (p.162 – 177. cap. 9).

CASAGRANDE, Euclides Fábio. *A formação moral no pensamento pedagógico kantiano: implicações, desafios e perspectivas à escola hoje*. Caxias do Sul: UCS, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2013. Disponível em : <<https://repositorio.ucs.br/jspui/bistream11338/459/1/Dissertacao%20Euclides%20Casagrande.pdf>> Acesso em: 01 jul 2014.

CENCI, Angelo Vítório. *A educação moral em perspectiva: concepções clássicas e desafios atuais*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007.

CESCON, Everaldo; NODARI, Paulo César. (org.). *Filosofia, ética e educação: por uma cultura da paz*. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Philosophica).

CESCON, Everaldo; NODARI, Paulo César. *Temas de filosofia da educação*. Caxias do Sul: Educ, 2009.

COSTA, Cláudio. *Uma Introdução Contemporânea à Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DALBOSCO, Claudio Almir. *Educação e maioria: dimensões da racionalidade pedagógica*. Passo Fundo: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. Claudio Almir. *Kant & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2011. (Coleção Pensadores & Educação).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traduzido por Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GALVÃO, Pedro. In: KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Traduzido por Paulo Quintela. Edições 70, 2009.

GUZMÁN, Vicent Martínez. *La filosofía para la paz como racionalidad práctica*. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3176502>> Acesso em: 03 jul. 2014.

JUNG, Tércio Inácio. *Immanuel Kant: educação para o agir moral*. Ijuí: UNIJUÍ

Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <[http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/cp067382.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp067382.pdf)> Acesso em: 01 jul. 2014.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. Traduzido por Francisco Cock Fontanella. 3.ed. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

\_\_\_\_\_. *À paz perpétua*. Traduzido por Lohengrin de Oliveira. São Paulo: Edições e publicações Brasil. [19..].

\_\_\_\_\_. Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? In *A paz perpétua e outros opúsculos*. Traduzido por Artur Mourão. Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Traduzido por Paulo Quintela. Edições 70, 2009.

NODARI, Paulo César. Educação e cultura da paz, à luz do esboço kantiano, à paz perpétua [zum ewigen frieden], ainda é possível pensar uma cultura da paz?. *Conjectura: filosofia e educação*, v 14, n.3. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/32>> Acesso em: 24 ago. 2014.

\_\_\_\_\_ e BRESOLIN, Keberson. Kant: educação e esclarecimento In: KUIAVA, Evaldo Antonio; STEFANI, Jaqueline (Org.). *Identidade e diferença: filosofia e suas interfaces*. Caxias do Sul: Educs, 2010. (p. 207-236).

\_\_\_\_\_ e BRAGAGNOLO, Felipe. *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI*. Cadernos IHU ideias. Instituto Humanitas Unisinos. Ano XI, n. 199, 2013. Disponível em: <[http://www.academia.edu/7281123/Kant\\_e\\_a\\_Educacao](http://www.academia.edu/7281123/Kant_e_a_Educacao)> Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *Ética, direito e política: a paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant*. São Paulo: Paulus, 2014.

NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção justiça e direito).

PAVIANI, Jayme. *Epistemologia da Educação*. Universidade de Caxias do Sul, 2011. (disciplina do curso de Mestrado em Educação, segundo semestre).

\_\_\_\_\_. *Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

PEREIRA, Patrícia do Carmo e GUZZO, Raquel Souza. Diferenças individuais: temperamento e personalidade; importância da teoria. *Revista Estudos de Psicologia*, PUC-Campinas, v. 19, n. 1, p. 91-100, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsiv19n1/a08.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2014.

PEREIRA, Jayme. *Princípios do estado mundial cosmoético*. Foz do Iguaçu: Editares, 2013.

*PEQUENO DICIONÁRIO JURÍDICO DE EXPRESSÕES LATINAS*. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/latim.htm>> Acesso em: 04 jul. 14.

PINHEIRO, C. de Moraes. *Kant e a educação: reflexões filosóficas*. Caxias do Sul: Educus, 2007.

\_\_\_\_\_. A paz perpétua e a educação: uma análise sobre o projeto kantiano. *Conjectura*. v.14, n.3, 2009. (p. 31-52). Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revista/index.php/conjectura/article/view/33>> Acesso em: 24 ago. 2011.

PRADO, Adriana. Vivemos tempos líquidos. Nada é para durar. *Revista Isto é online* de 24.set.2010. Disponível em: <[http://.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/102755\\_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR](http://.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR)> Acesso em: 29 ago. 2014.

ROHDEN, Valério. (Coord.). *Kant e a instituição da paz*. Porto Alegre: Universidade\UFRGS, 1997.

SANTANA, Ana Lúcia. *Direitos humanos*, 2008. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/direitos-humanos/>> Acesso em : 11 jul. 2014.

SCRUTON, Roger. *Kant*. Traduzido por Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2011. (Coleção L&PM POCKET Encyclopaedia).

SEVERO, Cristine Gorski. *Humboldt e a relação entre linguagem, ser humano e mundo: uma visão holística*. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao02/02r1ch.php>> Acesso em: 28 ago.2014.

STRATHERN, Paul. *Kant em 90 minutos*. Traduzido por Maria Helena Geordane. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1997.

VIEIRA, Waldo. *Homo sapiens reurbanizatus*. Foz do Iguaçu: Associação Internacional do Centro de Altos Estudos da Conscienciologia – CEAEC, 2003.

VINCENTI, Luc. *Educação e liberdade: Kant e Fichte*. Traduzido por Elcio Fernandes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. (Encyclopaidéia).

## OBRAS CONSULTADAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Traduzido por Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Traduzido por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CESCON, Everaldo; PEREIRA, Leonardo; NODARI, Paulo César. *O mistério do mal: urgência da educação para o bem*. Caxias do Sul: Educus, 2006.

COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA OSTENSIVA DA SERRA (CRPO/Serra). Censo da violência no Município de Caxias do Sul. *Jornal Pioneiro*. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2013/10/homem-e-morto-a-tiros-no-bairro-santa-fe-em-caxias-do-sul-4300560.html>> Acesso em 14 jul.2013.

DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Traduzido por Germiniana Franco. Portugal: Edições 70, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FOUCAULT, Michel; DE LA HIGUERA, Javier. *Sobre la ilustración*. 2.ed. Madrid, Espanha: Tecnos, 2006. (Colección clásicos del pensamiento).

GIACOMITTI, Penélope. *Cultura de paz em sala de aula*. Curitiba: 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/572-4.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILES, Thomas Ransom. *História da educação*. São Paulo: EPU, 1987.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: Educus, 2005.

HENGEMÜHLE, Adelar (org.); SCHLATER, Agnes Francisca Schrie et al. *Significar a educação: da teoria à sala de aula*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Traduzido por Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1985.

JARES, Xésus R. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. 2.ed. Traduzido por Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Traduzido por Antônio Marques e Valério Rohden. Estudos Gerais, Série Universitária – Clássicos da Filosofia. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Traduzido por Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Bacarolla, 2009.

\_\_\_\_\_[et al.] *O que é o esclarecimento?* Traduzido por Paulo César Gil. Rio de Janeiro: Via verita, 2011.

KRITERION: *Revista de Filosofia*. Vol. 46 nº.112. Belo Horizonte. Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2005000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2005000200005&script=sci_arttext)> Acesso em 12.07.2014.

KUIAVA, Evaldo Antonio. *Subjetividade transcendental e alteridade: um estudo sobre a questão do outro em Kant e Levinas*. Caxias do Sul: Educus, 2003.

LEBRUM, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. 2.ed. Tradução de Carlos A. Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção tópicos).

LEITE, Flamarion Tavares. *10 lições sobre Kant*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUNA, S. Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1997.

MENEZES, Edmilson. *Kant e a idéia de educação das luzes*. Educação e Filosofia. n. 27-8. v.14, jan./jul./dez. 2000. (p. 113-126).

NODARI, Paulo César. *A teoria dos dois mundos e o conceito de liberdade em Kant*. Caxias do Sul: Educus, 2009.

\_\_\_\_\_, Paulo César. *Temas de filosofia da educação*. Caxias do Sul: Educus, 2009.

OLIVEIRA, A. Bazzano de. *O Percurso do Conceito de Paz: de Kant à atualidade*. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/bazzano.pdf>> Acesso em 24 ago. 2011.

OLIVEIRA, M. Nogueira de. *A educação na ética kantiana*. Educação e Pesquisa, São Paulo: n.3, v.30, set./dez., 2004. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/marionogueiradeoliveira.rtf>> Acesso em 24 ago.2011.

ZAMBRANO, Maria. *La educación para la paz*. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Aurora/article/viewFile/260743/347928>> Acesso em 03 jul.14.